Quinta-feira, 28 de maio de 2026 I Série — Número 96

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Hugo Soares (PSD), André Ventura (CH), José Luís Carneiro (PS), Mariana Leitão (IL), Paulo Raimundo (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 17 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 15 horas.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as portas de acesso às galerias, para o público que deseje assistir aos trabalhos.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo. Peço às Sr.as e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos dar início à nossa sessão. A ordem do dia consiste no debate com o Primeiro-Ministro.

Pausa.

O debate de hoje, com o Primeiro-Ministro, começará com a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para questionar o Governo, mas preciso de que haja condições na Assembleia para dar a palavra à Sr.ª Deputada.

Pausa.

Entretanto, aproveito para pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que já se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.

O Sr. **Presidente**: — Pedia então a atenção de todos.

Pausa.

Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para o primeiro conjunto de perguntas ao Governo.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, no próximo dia 3 de junho, os trabalhadores saem à rua para mais uma greve geral, a segunda em poucos meses. É o que acontece, quando não há um verdadeiro diálogo: a única forma de o Governo ouvir os trabalhadores é, com uma greve geral, os trabalhadores saírem à rua.

Aplausos do L.

Não haveria necessidade desta greve, se o Governo não fosse tão intransigente e tão alheado do País. Mesmo com a enorme taxa de rejeição que o pacote laboral tem, mesmo junto dos seus eleitores, segundo as sondagens, o Sr. Primeiro-Ministro insiste em trazê-lo para o Parlamento, prolongando o alarme social que existe nas empresas, nos trabalhadores, há 10 meses.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — A quem é que serve este alarme social? A quem é que serve este pacote laboral?

Até o Papa…

Protestos e risos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

… veio dizer que precisamos de escolhas políticas que tornem viável — e peço aos Srs. Deputados que oiçam bem —…

Aplausos do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só ouvem para o que interessa!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … a estabilidade de políticas laborais que favoreçam a continuidade e a qualidade do emprego, contrastando com a precariedade como condição normal de vida, e que precisamos de medidas que garantam ritmos humanos.

Aplausos do L.

Imagino que o Sr. Primeiro-Ministro, em teoria, concorde com o Papa, mas na prática está a governar exatamente ao contrário. Em vez de preparar o futuro do trabalho — e o futuro que, na verdade, já aqui está — e aproveitar a evolução tecnológica e a inteligência artificial para reduzir a precariedade,…

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

… para melhorar o emprego, para conseguir mais tempo para todas as pessoas, por exemplo, com a semana de quatro dias,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se não trabalhar, não vai a lado nenhum!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo vão na onda do que era o trabalho do século XIX e de um modelo que concentra, cada vez mais, a riqueza nas mãos de multimilionários, que têm mais poder do que muitos países.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é que é essa!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não tem de ser assim, Sr. Primeiro-Ministro. A evolução tecnológica pode funcionar a favor do bem comum, pode melhorar a vida das pessoas, pode reduzir a desigualdade, pode melhorar até a competitividade do País, mas para isso é preciso que os governantes tomem o assunto em mãos.

Isso também passa por não aceitar uma legislação laboral que desprotege os trabalhadores. Pelo contrário, precisamos de uma legislação laboral que proteja os trabalhadores e de uma regulação e uma utilização boa da inteligência artificial, que melhore as nossas vidas, evitando os riscos sociais de desemprego, de aumento do fosso da desigualdade e até da desresponsabilização de tomada de decisões.

Sr. Primeiro-Ministro, o tempo é agora e, por isso, desafio-o a retirar o pacote laboral. Vamos falar a sério sobre o futuro do trabalho, o futuro do emprego,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o futuro da melhoria das condições de vida em Portugal e também sobre o futuro da tecnologia e da boa utilização da tecnologia.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, tenho sempre um dilema, entre interromper quem está a fazer uma pergunta, o que é desagradável,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, foi uma pergunta que é desagradável!

O Sr. **Presidente**: — … e ter qualidade de audição na Sala. Ajudariam o Presidente, na boa condução dos trabalhos, se o nível de conversa fosse nulo ou quase nulo, para que possa ser audível a pergunta e agora a resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, não leve a mal que faça uma consideração genérica sobre a sua questão, que não é desrespeito democrático pelas opiniões nela vertidas. Sinceramente, a sua intervenção e a sua questão são um hino ao equívoco, desde o princípio até ao fim.

Risos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e protestos de Deputados do L.

Começando pelo princípio, a Sr.ª Deputada diz que o Sr. Primeiro-Ministro está a fazer uma coisa que as sondagens dizem que devia ser feita ao contrário. Primeiro equívoco, Sr.ª Deputada: o Governo não governa a pensar em sondagens.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do L e de Deputados do PS.

Governa a pensar no País, na vida das pessoas, na vida das empresas, na competitividade e na produtividade do País.

O segundo equívoco da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes é que diz «não traga a legislação laboral ao Parlamento», quase que dizendo «nós não queremos fazer uma avaliação sobre as leis laborais em Portugal».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

Protestos do L.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe: nós estivemos quase 10 meses a negociar esta legislação na concertação social.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A sério?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foram muitas horas, centenas de horas de reuniões, dezenas de encontros bilaterais e multilaterais na concertação social, mas eu disse sempre que quem tem a palavra final são os Deputados na Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fico, portanto, um pouco apreensivo que os Deputados na Assembleia da República, ao invés de quererem assumir a sua responsabilidade, digam ao Governo: «Não traga para aqui esse assunto, que nós não queremos mexer nesse assunto».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do L.

Terceiro equívoco, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes. A inspiração mais espiritual da doutrina social da Igreja é coisa a que eu atribuo muita importância.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Seguramente, a Sr.ª Deputada também atribuirá alguma, senão não trazia esse assunto aqui à colação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É muito católica…!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ámen!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe que, no que diz respeito à consideração dos direitos dos trabalhadores, no que diz respeito à conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, este conjunto de alterações à lei do trabalho visa precisamente alcançá-lo, dando mais condições para que as pessoas possam ser mais produtivas;…

Risos e protestos de Deputados do L.

… que, sendo mais produtivas, possam ter melhores e maiores salários;…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É que nem o Papa tem tanta fé!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e que, tendo melhores salários, possam ter também acesso àquilo que é essencial nos seus projetos de vida — não deixando de atender à evolução tecnológica,…

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

… aos efeitos que a inteligência artificial pode ter nos mecanismos e nos processos de produção e também nas próprias relações de trabalho, enquanto tal.

Contudo, Sr.ª Deputada, quando queremos fechar a porta, desde o início, a podermos aprofundar a possibilidade de sermos mais produtivos, de sermos mais competitivos, de nos podermos diferenciar perante os outros com fatores que verdadeiramente possam atrair e reter quer o investimento quer o talento, Sr.ª Deputada, nós estamos do lado do imobilismo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, o hino ao equívoco de V. Ex.ª é também uma assunção do imobilismo do Livre e da esquerda deste Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, para perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, esteve a negociar estes 10 meses, tal como, na verdade, não me ouviu agora a mim.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Isso, na verdade, não é um diálogo. Não ouviu o que eu disse.

Aplausos do L.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro diz que o pacote laboral vai melhorar a vida dos trabalhadores, tem de ler o que está no pacote laboral. Vai aumentar a precariedade, que é exatamente o contrário daquilo que o Papa apregoou.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro tem de ouvir o que o Papa, na verdade, disse.

Porém, não é só uma questão de falta de incorporação das alterações que a evolução tecnológica nos vai trazer. Neste século XXI, também estamos confrontados com fenómenos extremos.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O que é que está no pacote laboral do Governo, para proteger os trabalhadores face aos fenómenos extremos? Nada!

Nós começámos agora uma onda de calor. Onde é que está a proteção dos trabalhadores, em caso de ondas de calor e em caso de eventos extremos? Não está!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Esta falta de preparação não se vê só na questão do código laboral. Na verdade, vê-se em todas as formas de atuação do Governo.

Por exemplo, em relação à limpeza dos terrenos,…

Protestos de Deputados do CH.

… estamos a entrar numa altura de ondas de calor, estamos a entrar na época de incêndios e temos muitos terrenos ainda por limpar.

Esta falta de preparação, aliás, está bem espelhada no relatório do Sr. Presidente da República, no âmbito da sua Presidência Aberta na Zona Centro. Há falta de coordenação e há improviso. As respostas básicas tardam a chegar.

Não é por falta de aviso. O Livre alerta para isto há muito tempo. Há propostas que já apresentámos há mais de um ano e que o Sr. Primeiro-Ministro vai dizer agora que estão no PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência). Estão no papel, deviam estar implementadas.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Falta sentido de urgência.

Há um mês, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou a agência para a gestão do PTRR, e bem. Falta anunciar quem é que liderará a agência. Há um mês que estamos à espera dessa resposta e cada dia que passa é um dia de atraso. Esta falta de urgência é uma falta também de responsabilidade para com o País, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, tinha-me esquecido do quarto equívoco. É que a Sr.ª Deputada queixa-se de que, atualmente, em Portugal, há muitas desigualdades, do ponto de vista laboral. A Sr.ª Deputada queixa-se de que há excesso de precariedade. Porém, a Sr.ª Deputada não está disponível para encontrar soluções para mudar. Quer que fique tudo na mesma! É mais um equívoco da Sr.ª Deputada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do L.

Sr.ª Deputada, reforço de licenças parentais, maior conciliação do trabalho com a família, promoção do emprego para jovens e para desempregados de longa duração, aumento das compensações, flexibilidade nos regimes e no local de trabalho, dinamização da contratação coletiva, serviços mínimos alargados, valorização de todas as formas de trabalho a termo e sem termo —…

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

… são princípios que estão ligados intimamente ao objeto, ao fundamento, à substância das alterações que propomos ao Parlamento, assim a Sr.ª Deputada esteja disponível para os discutir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Deputada, quanto à limpeza de florestas, o Governo constituiu o Comando Integrado de Prevenção e Operações, que está a funcionar precisamente em Leiria, e que terei a ocasião de visitar ainda esta semana. Neste momento, desde o dia 13 de abril, estão no terreno mais de 1500 operacionais, foram feitos contratos com 26 municípios e temos já a desobstrução da rede viária que foi obstruída por árvores, em mais de 15 mil quilómetros.

Estamos, até ao momento, em contacto direto com as autoridades locais de proteção civil, com o Comando Nacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), com a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), com a GNR (Guarda Nacional Republicana), com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com a Liga dos Bombeiros Portugueses, em conjunto com os municípios, para termos a resposta no terreno já.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra, para fazer as suas perguntas, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tem de ir ver o que está no código laboral, porque é exatamente o contrário do que o Sr. Primeiro-Ministro disse.

Protestos de Deputados do PSD.

Prejudica as famílias, prejudica os trabalhadores e não vai aumentar a competitividade, neste País, onde já se trabalha tantas horas.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda na senda da falta de preparação e de planeamento e da cultura do improviso, há 17 associações de apoio às vítimas de violência doméstica que estão em risco de fechar, por falta de financiamento.

O Governo tem afirmado que esta é uma prioridade da sua governação. Quero saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro diz a estas associações e a estas vítimas. O Sr. Primeiro-Ministro não ouve o Papa,…

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

… não ouve o povo, não ouve aqui o Parlamento.

Sr. Primeiro-Ministro, quero perguntar-lhe para quem é que o Sr. Primeiro-Ministro governa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Porque as galerias já estão cheias com vários jovens e alunos, antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, dou a conhecer à Câmara que estão presentes: alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Canelas, de Vila Nova de Gaia; cidadãos do município do Entroncamento; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Lousada; alunos e professores do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, de Coimbra; alunos e professores da Escola Secundária Sebastião da Gama, de Setúbal; alunos e professores da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona; alunos e professores da Universidade Europeia, de Lisboa; cidadãos da União de Freguesias de Freixeda do Torrão; autarcas e ex-autarcas do município de Arcos de Valdevez; cidadãos da Liga de Combatentes de Évora; cidadãos de Aveiro; alunos e professores da Associação Académica de Direito da Universidade Lusófona; alunos e professores do Externato Mundo da Criança, de Torres Vedras, a quem saúdo, em particular, pelo resultado do Torreense na final da Taça de Portugal.

Aplausos gerais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah! Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Finalmente, estão também presentes Presidentes da Junta de Freguesia do Concelho de Águeda; o Sr. Presidente da Câmara e autarcas do município de Valpaços, de Vila Real; e a Sr.ª Presidente da Câmara e autarcas do concelho de Vila Verde. Estão todos a assistir, nas diversas galerias, aos nossos trabalhos.

Aplausos gerais.

Agora, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, costuma dizer-se que, às vezes, parece que o mundo está ao contrário, mas, de facto, há coisas que estão mesmo ao contrário.

Começaria mesmo por aí, porque encheu-me de estupefação ouvir um partido da extrema-esquerda portuguesa…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Extrema-esquerda?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … dizer que nós, sociais-democratas, não ouvimos o Papa, mas eles é que ouvem. É de facto extraordinário, é o mundo ao contrário.

Protestos do L.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Talvez esta manifestação do Deputado Rui Tavares, enfim, a contrariar a minha expressão de que o Livre é um partido da extrema-esquerda portuguesa, tenha a ver com o facto de o Deputado Rui Tavares ter saído do Bloco de Esquerda, um bocadinho menos para a esquerda, para o Livre.

Risos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

Protestos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o Sr. Deputado veio da extrema-esquerda, sobre isso não há dúvida nenhuma. Não sei se tem vergonha, eu não tenho vergonha do espaço político que ocupo.

Protestos do L e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi para o exorcista!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, dizia-lhe que há realmente coisas extraordinárias, há realmente…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Há realmente coisas extraordinárias a acontecerem na oposição ao Governo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Julgo, sinceramente, que nós temos uma oposição que podiam ser personagens de banda desenhada, com todo o respeito, evidentemente. De um lado, parece que, honestamente, olho para o Deputado André Ventura e ele me faz lembrar o *Lucky «Luck»*,…

Risos do CH.

… e, do outro lado, olho para o Partido Socialista e o Deputado José Luís Carneiro faz-me lembrar o *Speedy González*.

Protestos do CH.

É tal a pressa com que disparam, é tal a forma rápida como vivem da espuma dos dias,…

Protestos do CH e do L.

Sr. Presidente, eu resisto ao ruído, mas quando ele é imenso, e eu até acho que isto pode ter algum interesse, eu pedia-lhe a sua intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, Sr. Deputado. Peço aos serviços para parar a contagem do tempo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há uma certa excitação que não estou a perceber.

O Sr. **Presidente**: — É o início do debate, ainda estão todas as proteínas…

Pausa.

Portanto, vamos continuar. Sr. Deputado, depois deste momento de alguma pausa, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, vou tentar continuar: dizia eu que, se, de um lado, parece o *Lucky «Luck»*, do outro lado parece o *Speedy González*.

Vozes do CH: — *Lucky Luke*!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E parece, porquê? Porque, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vivem da espuma dos dias, das notícias que aparecem nos jornais, não esperam um bocadinho para perceber se as notícias são verdadeiras, se há contraditório, e disparam imediatamente.

Olhe, Sr. Primeiro-Ministro, foi assim há dias, quando saiu uma notícia, uma manchete, que dizia que o Estado vendeu imóveis abaixo do preço de mercado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era mentira, era falso, mas o Partido Socialista veio a correr chamar Deus e o Diabo ao Parlamento,…

Risos de Deputados do PS e do L

… para justificarem a opção, correta, do Estado, que afinal vendeu até bem acima do preço-base pelo qual tinha lançado o concurso.

Foi assim, Sr. Primeiro-Ministro, quando…

Protestos do PS e do L.

Foi assim, Sr. Primeiro-Ministro, quando, depois de declarações do Sr. Secretário de Estado americano, não perceberam a expressão idiomática,…

Risos do L.

… se esqueceram dos documentos, se esqueceram da demonstração dos factos, se esqueceram até do que sabiam e do que tinham sido informados e vieram rapidamente para a praça pública tentar cavalgar as notícias.

É uma espécie de espuma dos dias, Sr. Primeiro-Ministro, que me leva desde já a dizer-lhe, para que se vá preparando, se tiver algum tempo, aquilo que hoje vai ser aqui dito pela oposição.

Vou dizer-lhe: uns, não tenho dúvida nenhuma, vão falar-lhe de membros do Gabinete do Sr. Ministro da Administração Interna, dos assessores do Sr. Ministro da Administração Interna;…

Vozes do CH: — E bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … outros vão falar-lhe de tudo o que estamos a fazer no terreno, no território que foi afetado pela tempestade *Kristin* e pelo comboio de tempestades.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Daquilo que já fizemos não vão dizer nada, vão dizer daquilo que ainda vai faltando no terreno, porque evidentemente algumas coisas ainda não estão como gostaríamos que estivessem — muitas delas, é verdade e é preciso dizê-lo, por responsabilidade alheia ao Governo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É, é…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tenha dúvidas de que sobre isso vão falar.

Protestos de Deputados do PS.

Também tenho a certeza, Sr. Primeiro-Ministro, — vá-se preparando — de que o Partido Socialista vai falar do problema que temos para resolver, e que estamos a resolver, no Aeroporto de Lisboa, esquecendo-se de que o mesmo se deve a escolhas que fizeram.

Eu sei que o Sr. Deputado José Luís Carneiro não gosta, mas a verdade é que um dos principais motivos para esse problema é a circunstância de o Sr. Deputado José Luís Carneiro ter sido o presidente da comissão liquidatária do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), que levou a este caos no Aeroporto de Lisboa. Ele não gosta, mas é verdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

É a espuma dos dias, são as manchetes dos jornais — é assim que temos a oposição em Portugal.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria muito de que os partidos da oposição pudessem acalmar-se e interessar-se por matérias mais substantivas e gostaria de colocar as minhas questões.

Ora, nas questões que lhe queria colocar, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de falar sobre temas que interessam ao País,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ai, o resto não interessa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … sobre aquilo que muda concretamente a vida das pessoas, e fui olhar…

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu não consigo ouvir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, devo dizer-lhe…

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para não dizer nada neste momento, só quando lhe der a palavra.

Srs. Deputados, para continuar o debate, têm de estar reunidas as condições, pelo que pedia atenção para aquela que vai ser, agora, a continuação das perguntas do Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Deputado, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É caso para dizer que, nas últimas eleições legislativas, o País disse: «Deixem o Luís trabalhar». Agora, é a minha vez de pedir: deixem o Hugo falar. Eu não quero mais nada, eu já só quero falar.

Aplausos do PSD.

Risos da IL e de Deputados do CH.

Protestos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só falar, porque trabalhar…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, 27 de março,…

Burburinho na Sala.

Isto assim demora mais do que os 12 minutos que eu tinha, mas não há problema nenhum, estou à vontade.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu fui recuperar não tudo aquilo que foi aprovado, de todo, nos Conselhos de Ministros, mas as medidas essenciais dos últimos oito Conselhos de Ministros — podiam ter sido 10, 15, 5, mas foram os últimos oito.

A 27 de março, uma coisa que não diz nada à vida das pessoas e de que nunca ouvimos a oposição falar: pacote de medidas de apoio à compra dos combustíveis. Quando falavam aqui do aumento do preço por causa da escalada do conflito do Médio Oriente,…

Protestos do PS e do BE.

… nunca vieram aqui dizer ao País e ao Governo que o Governo estava a atuar e a fazer refletir o desconto no preço dos combustíveis, por força da redução dos impostos extraordinários, para que as pessoas pudessem combater a inflação no preço dos combustíveis.

A 9 de abril: reforma do Tribunal de Contas, uma reforma absolutamente essencial para a Administração Pública, para o investimento e que, espero, possa colher, neste caso da parte do Partido Socialista, adesão, aqui no Parlamento.

Protestos de Deputados do PS.

Continuamos, a 16 de abril: reforma do Estado, decreto-lei que altera o Código dos Contratos Públicos. É coisa pouca, também, que tem a ver com a celeridade na contratação pública, para que possa haver mais investimento e para que os serviços na Administração Pública possam funcionar melhor, quer do lado da Administração Pública quer do lado dos cidadãos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

A 23 de abril: resolução para chamarmos — ouçam bem! — para a privatização da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) não duas companhias quaisquer que tenham interesse na TAP, mas a Air France e a Lufthansa, só duas das maiores companhias a operar na Europa, para poderem discutir com o Governo a privatização da TAP — coisa pouca, é verdade, depois dos milhões que o Partido Socialista enterrou na companhia aérea portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A 30 de abril: PTRR e apoio pós-tempestades, um apoio excecional — a quem, Sr. Ministro da Agricultura? — à reabilitação de infraestruturas agrícolas afetadas pelo mau tempo, no valor de 60 milhões.

Protestos de Deputados do CH.

Isto à oposição não diz nada, mas diz aos agricultores, que viram as suas infraestruturas destruídas e a quem o Estado atribuiu um apoio extraordinário de 60 milhões de euros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo e de Deputados do PS.

A 7 de maio: alteração ao regime de contratação e de prestação dos serviços médicos, os tarefeiros e a nova lei orgânica do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica).

É claro que o Partido Socialista, sobretudo, e o Chega, já agora, as tais personagens da banda desenhada, se apressam a berrar constantemente contra o estado atual do Serviço Nacional de Saúde.

Protestos de Deputados do CH.

Porém, quando o Governo faz as reformas de que o Serviço Nacional de Saúde precisa, eles não vêm ao Parlamento dizer nada e, normalmente, até estão contra e estão ao lado daqueles que não querem acabar com os interesses instalados, também, no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD.

A 14 de maio — o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de falar sobre isso —: reforma laboral. É uma reforma que não é coisa pouca, é uma reforma que visa lutar contra a precariedade,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É, é…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … lutar contra os baixos salários, ter uma economia mais competitiva, para que se possa pagar melhores salários e conciliar a vida pessoal com a vida profissional.

Protestos de Deputados do PS.

Neste particular, Sr. Primeiro-Ministro, temos um problema. O Partido Socialista e o Chega — não falo da extrema-esquerda, essa não vale a pena nesta matéria, neste particular, de resto, nas outras também creio que não —, neste particular, na reforma laboral, ainda não perceberam o essencial:…

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estêvão.

… que as empresas não são nem os patrões nem os investidores. As empresas são, efetivamente, na sua fase originária, quem investe, quem as cria, mas são a carteira de clientes, são a maquinaria, são essencialmente os trabalhadores. Quando nós reformamos a legislação laboral, é a pensar nos trabalhadores e no aumento dos salários em Portugal. É isso que nós queremos fazer, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

Estava a 14 de maio… Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro vai anunciar alguma coisa para amanhã. Espero que não o faça hoje, porque as bancadas ficam muito incomodadas — a véspera de Conselho de Ministros é sempre uma chatice para o Parlamento!

No dia 21 de maio, Sr. Primeiro-Ministro: educação.

Sr. Primeiro-Ministro, ninguém quer dizer nada, mas a verdade é que, depois de muita fusão de organismos e extinção de outros, em resultado desta transformação estrutural que estamos a fazer na educação,…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… devolvemos às escolas mais de 200 professores que não estavam lá e que, em resultado desta reforma estrutural, voltaram ao espaço escolar, para que os alunos possam ter aulas e professores na escola.

Ao mesmo tempo, no dia 21 de maio, o Sr. Primeiro-Ministro teve ocasião, em Conselho de Ministros, de fazer aprovar a criação da Universidade de Leiria e Oeste e também da Universidade Técnica do Porto.

Sr. Primeiro-Ministro, não cometerei nenhum exagero se disser que, creio, desde 1980 que isto não acontecia em Portugal, o que significa que, sobretudo para a região de Leiria e área do Oeste, é de facto uma medida absolutamente excecional no que diz respeito à reforma do ensino superior.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Ao mesmo tempo, aprovámos, na generalidade e na especialidade, neste Parlamento, o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e lançámos a reforma da ação social.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isso e o Hospital da CUF!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Reforma da ação social essa que, como objetivo primeiro e essencial, tem o quê? Aumentar a igualdade de oportunidades daqueles que querem ter acesso ao ensino superior, para qualificarmos as novas gerações.

Aqui chegado, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de dizer o seguinte: recuperei as medidas dos últimos oito Conselhos de Ministros e queria desafiar, quer o Chega, quer o Partido Socialista — quer o Partido Socialista, quer o Chega — a deixarem a espuma dos dias e a discutirem aquilo que verdadeiramente interessa à vida dos portugueses.

Como sei que eles não o vão fazer, Sr. Primeiro-Ministro — neste hiato de tempo até pode preparar as respostas para os temas que eu elenquei, porque pode ter a certeza absoluta de que serão os temas do Chega e do Partido Socialista — queria pedir-lhe que dissesse algo sobre isso ao Parlamento e ao País, já que não enche jornais, não abre telejornais, não faz manchetes.

Creio que a educação, como principal elevador social que o País deve ter — do meu ponto de vista e do nosso ponto de vista —, tem sofrido grandes transformações no Governo de V. Ex.ª e queria desafiá-lo a falar um bocadinho sobre aquilo que estamos a fazer,…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… em matéria de ensino superior e de educação, em prol daquilo que verdadeiramente importa e que é o futuro deste País: os jovens, como aqueles que assistem ao nosso Plenário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, acabou por…

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Por não dizer nada!

Risos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … tocar muitos temas — não sei se conseguirei comentar todos, mas vou fazer um esforço.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, nós, no Governo, nem somos daqueles que disparam primeiro e pensam a seguir, ou seja, que disparam mais rapidamente que a sua própria sombra, nem somos daqueles que comentam, opinam e decidem com excesso de velocidade, não ponderando, não tendo a capacidade de amadurecimento do impacto das decisões; o mesmo não significa não o fazer da forma mais célebre, mais rápida, mais expedita, mas também mais eficaz, mais eficiente, o mais consequente possível.

Nós teremos, naturalmente, oportunidade de responder a todas as perguntas das oposições, mas o Sr. Deputado abordou temáticas para as quais há, efetivamente, necessidade de esclarecimentos, aos quais o Governo nunca fugiu. Desde logo, Sr. Deputado, no que diz respeito ao processo de resposta, de trabalho de emergência e, depois, também de recuperação dos territórios mais afetados pelo comboio de tempestades, e de uma forma especial pela depressão *Kristin*.

O Parlamento tem informação sobre isso, mas eu posso aqui reiterar que, tal como consta do relatório da Presidência Aberta de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, o Governo esteve muito presente, esteve muito próximo e, ao seu empenhamento na resposta àqueles que foram mais afetados por estes fenómenos climáticos extremos, junta a qualidade, a competência e a dedicação da resposta que os agentes locais, os autarcas de município e de freguesia, os agentes de proteção civil, as empresas e as instituições sociais tiveram ocasião de promover. Bem sabendo nós que não correu tudo bem — pois com certeza!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Pois não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Começou por não correr tudo bem pela circunstância inédita de ser um fenómeno climático que nunca tínhamos tido ocasião de vivenciar e, portanto, de programar de forma plena.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Mas tudo aquilo que foi feito naqueles dias de antecipação e de gestão daquele episódio foi feito, evidentemente, aqui ou acolá, com alguma necessidade de aprimorar regras de coordenação,…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… instrumentos de cooperação interinstitucional e de cooperação intermunicipal, de forma a podermos deslocar para o território mais afetado uma capacidade que muitas vezes está espalhada por todo o território.

Tudo isso, apesar de ter sido feito, carece naturalmente de uma intervenção dos poderes públicos e do poder do Governo, assim como tudo o que puder ser feito para recuperar — ao abrigo do princípio que várias vezes mencionei, noutros debates, que não é apenas de repor a situação anterior, é o de repor a situação de forma a reforçar a nossa resistência e resiliência para enfrentar fenómenos adversos de igual magnitude.

O Governo teve ocasião de discutir com o Presidente da República em exercício — eleito, à época —, o Presidente da República anterior, os partidos políticos, os municípios, as universidades, a academia e o movimento associativo, precisamente, o desenho do Programa Transformação, Recuperação e Resiliência, o PTRR, que visa, precisamente, dar resposta a muitas destas preocupações.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nesse ponto, Sr. Deputado, direi que as palavras constantes no relatório da Presidência Aberta de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República são palavras muito válidas, são um contributo muito válido que está praticamente todo incluído no desenho e, neste momento já, na implantação do PTRR, sempre suscetível — como eu próprio disse aqui, na primeira hora, no primeiro momento, sob crítica da oposição — de uma reprogramação, uma recalendarização, e de adaptarmos a evolução desse programa às lições que vamos tirando aos mais variados níveis.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Portanto, Sr. Deputado, esse é seguramente um assunto a que voltaremos muitas vezes, até porque nós próprios sugerimos que o Parlamento tivesse uma palavra permanente de acompanhamento da execução desse programa.

No que diz respeito ao SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), queria relembrar ao Sr. Deputado que esse é um processo antigo, um processo cheio de contratempos.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Aquilo que fizemos quando chegámos ao Governo foi, precisamente, constituir uma equipa de trabalho, técnica, multissetorial, com a missão de desenvolver um estudo que, de forma estratégica, pudesse abrir uma decisão que desse previsibilidade, sustentabilidade, consistência à resposta deste sistema de comunicações, muitas vezes direcionado precisamente para as situações de maior premência e emergência. E foi isso que fizemos!

Sr. Deputado, como já foi veiculado, o Sr. Ministro da Administração Interna tem todo o interesse em, tão rápido quanto o Parlamento puder, aqui poder prestar todos os esclarecimentos tendentes a avaliar as conclusões desse estudo técnico, a constituição da equipa diretiva para o SIRESP e a concretização no terreno, no território, dos princípios que podem configurar efetivamente maior grau de eficiência e eficácia ao sistema de comunicações de emergência da República Portuguesa.

Sr. Deputado, nós podemos depois distrair-nos com muitas questões, e não estou a dizer que elas não possam ter importância. Naturalmente, o Governo está completamente disponível para poder ser alvo do escrutínio parlamentar, mas há uma coisa que não devemos perder: o foco. O foco, aqui, é corrigir aquilo que não funcionou no passado e poder fazê-lo com um grau de eficiência que seja o mais intenso, o mais robusto, o mais profundo possível.

O Sr. Deputado Hugo Soares falou ainda das questões do Aeroporto de Lisboa. Sr. Deputado, mais uma matéria em que, quando chegámos ao Governo, fomos confrontados com um processo que estava em andamento — como o Sr. Deputado relembrou — de reestruturação dos serviços. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tinha sido extinto, as suas competências distribuídas, os seus recursos humanos também distribuídos e o equipamento novo, que está hoje no controlo de fronteiras, também tinha sido já adjudicado. Portanto, tivemos de confrontar tudo o que são as necessidades da capacidade de resposta com o efetivar dos nossos compromissos à escala europeia.

Devo, a esse propósito, lembrar que nós não estamos satisfeitos com o nível de resposta que o sistema tem dado, nomeadamente quando há picos de chegada de pessoas aos aeroportos portugueses, em particular ao Aeroporto de Lisboa.

Mas quero dizer, Sr. Deputado Hugo Soares, que esse não é um problema exclusivo do Aeroporto de Lisboa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah, pois não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esse é um problema que hoje existe nos aeroportos da França, da Alemanha, da Grécia, dos Países Baixos, da Itália, da Bélgica. Eu não sei se os Srs. Deputados têm consciência,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Nós não viajamos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mas ainda hoje de manhã, no Aeroporto Internacional de Frankfurt, o principal *hub* de transporte aéreo da Europa, havia uma fila nos serviços de controlo de entrada de passageiros, equivalentes àqueles que temos em Lisboa, de mais de 500 metros, portanto, mais de meio quilómetro. Não estou, com isto, a querer direcionar uma crítica ao funcionamento dos serviços aeroportuários na Alemanha, estou apenas a dizer que isso não é um exclusivo de Portugal. Tem a ver, efetivamente, com a implantação de um novo sistema que ainda não está a dar a resposta que é necessária.

Da parte do Governo, Sr. Deputado, o que lhe posso assegurar é que estamos a fazer tudo para habilitar com mais recursos humanos — entrarão mais de 300 polícias, para funções dessa natureza, no final do próximo mês de junho —; estamos a fazer o tratamento de todos os contratos neste momento em vigor a propósito de serviços tecnológicos e de manutenção, e são mais de 20 nos aeroportos portugueses; estamos a diligenciar no

sentido de ter todo o mecanismo de controlo a garantir que a operação não sai prejudicada por via destas novas regras.

Mas também quero dizer, com toda a clareza, que caso haja necessidade de suspender algum procedimento — por um lado, para garantir que temos, efetivamente, segurança na entrada no nosso espaço de pessoas vindas do estrangeiro, nomeadamente vindas de fora do espaço Schengen, e, por outro lado, para garantir que a nossa economia não é penalizada, quer do ponto de vista reputacional, quer do ponto de vista concreto, com todos os prejuízos decorrentes àqueles que nos visitam —, nós não excluímos nada, nesta altura.

Não queremos, efetivamente, chegar a esse ponto. Não queremos chegar ao ponto de suspender procedimentos, mas se tivermos de o fazer, mormente em horas críticas, ao abrigo das regras que, desde logo, os nossos compromissos europeus também permitem, nós fá-lo-emos enquanto todo este mecanismo não tiver um funcionamento absolutamente normal.

Depois, Sr. Deputado Hugo Soares, as decisões dos últimos Conselhos de Ministros — eu não as vou revisitar, o Sr. Deputado já o fez — foram, de facto, de grande magnitude em várias áreas.

Muitas pessoas vão distraindo o País, falando umas com as outras, normalmente em circuito fechado, a propósito do que o Governo vai fazendo. É normal, o debate político e democrático é isso mesmo. Ao Governo não compete muito entrar nesse debate; compete-lhe muito mais fazer, executar. E foi isso que o Sr. Deputado aqui disse. Disse: a propósito de medidas para mitigar o efeito do aumento dos combustíveis; a propósito da reforma do Tribunal de Contas; a propósito da contratação pública; a propósito da privatização do capital da TAP; a propósito do PTRR e das ajudas à agricultura; a propósito dos médicos do exterior que prestam serviço no Serviço Nacional de Saúde, médicos que não são do quadro; a propósito da reforma orgânica do INEM; das alterações à legislação laboral; e da criação das universidades de Leiria e Oeste e da Universidade Técnica do Porto.

O Sr. Deputado não falou — mas devia ter falado — dos 500 milhões de euros que estamos a investir nos 400 centros de ensino profissional, do reforço em 34 milhões de euros para o próximo triénio.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. Deputado podia ter falado da Agência para a Investigação e Inovação, que está a ligar a nossa capacidade científica com a aplicação nas empresas.

Sr. Deputado, uns falam, comentam, e nós vamos continuar a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Deputado Hugo Soares nos 9 segundos de que ainda dispõe deseja acrescentar alguma coisa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, Sr. Presidente. Só estava à espera que me deixassem falar!

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Este é o Speedy González!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e demais Membros do Governo.

Antes de mais, não queria deixar de dar esta primeira nota de hoje termos tido uma situação mais ou menos caricata do líder parlamentar do PSD fazer duas coisas. Primeiro, antecipar as intervenções da oposição, o que significa que de facto o Governo tem pouco trabalho para mostrar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que categoria, hein?…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso é que podem falar da oposição, porque têm pouco trabalho para mostrar.

Segundo — isto é que eu ainda não tinha visto e agradeço-lhe por isso, Sr. Deputado Hugo Soares —, caricaturar os líderes da oposição, embora na verdade líder da oposição só haja um, com algumas personagens.

E eu estava a lembrar-me que também há uma personagem para o Deputado Hugo Soares. Não sei se se lembram do Cebolinha? Havia o Cebolinha.

Risos e aplausos do CH.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Quem era o Cebolinha? O Cebolinha era aquele que nunca trazia nada de novo, nem fazia nada de novo, mas queria sempre ser o maior da rua dele. Queria sempre ser o mauzão lá da rua. Queria sempre fazer tudo para desviar a atenção dos outros, inclusive roubar coelhos, que era o que fazia o Cebolinha.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Coelhos?

O Sr. **André Ventura** (CH): — E o Sr. Deputado Hugo Soares veio aqui, como se fosse algum valentão da verdade, mas mostrou, pela sua intervenção, que é só uma muleta do Governo, só isso.

Risos e aplausos do CH.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Por isso, até ao final do debate de hoje, será o Cebolinha ali sentado à frente, na bancada do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, ao contrário do que fez o PSD, nós trazemos mesmo perguntas a sério para o Governo. Estas perguntas a sério não são feitas pelo Chega, nem, ao contrário do que disse o seu líder parlamentar, pelas manchetes dos jornais. Falo do relatório das tempestades feito pela Presidência da República e apresentado ao Parlamento.

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 1-0, para mim!

Vou dizer algumas coisas — peço ao Cebolinha que me dê algum tempo para eu poder falar —,…

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Cebolinha está a ganhar 1-0!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … vou citar alguns dados desse relatório.

A governação da tempestade…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 1-0 para o Cebolinha!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços que parem a contagem do tempo.

Srs. Deputados, já houve o momento humorístico e agora o Sr. Deputado tem de continuar.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Continuando, Sr. Primeiro-Ministro, conclui o relatório da Presidência da República que a governação foi descoordenada, cito, «descoordenada e pouco clara». A governação da crise revelou «insuficiências na coordenação, falta de clareza e inoperacionalidade». E ainda «excesso de improviso, articulações feitas sob pressão, défice estrutural de preparação prévia».

Sr. Primeiro-Ministro, passados todos estes meses, há centenas de empresas e famílias que ainda não têm o apoio que foi prometido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há centenas de situações ainda não avaliadas, relativamente às quais os senhores preferem culpar os municípios em vez de assumirem a vossa responsabilidade na falta de atribuição desses meios. Há milhares de pessoas neste País, afetadas pelo variado comboio de tempestades que houve, a que os senhores viraram a cara, e nem a esses conseguiram ajudar. Mesmo a esses, continuaram a cobrar impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mesmo a esses, continuaram a cobrar IMI (imposto municipal sobre imóveis). Mesmo a esses, continuaram a sufocá-los com carga fiscal. E, passados estes meses todos, a verdade é que continuamos sem ter uma resposta do Governo ao que era fundamental, que era ter a crise resolvida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, passados todos estes meses, com toda esta brutal falta de apoio, 72 municípios não concluíram nenhuma avaliação. Nenhuma! Vai dizer que é tudo culpa deles? É tudo culpa dos Presidentes de Câmara? Olhe, alguns estão aqui. É tudo culpa dos Presidentes de Junta? É tudo culpa deles? São 36 000 candidaturas, mas só 9000 é que foram pagas. Repito, são 36 000 e só 9000 é que foram pagas.

Sr. Primeiro-Ministro, não há desculpa para isto. É um falhanço do seu Governo em toda a linha!

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Acertei na primeira! Cebolinha 1 – Speedy González 0!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, seguindo a linha do orador que o antecedeu, que começou a sua intervenção com uma metáfora a propósito de alguns personagens de banda desenhada,…

Risos do CH.

… e portanto, talvez por isso, por estar ainda no domínio da ficção, deu sequência e entusiasmou-se, como é seu timbre, para lançar daqui aquelas habituais atoardas sobre o Governo, dizendo que ainda não chegou com o apoio a centenas de empresas, a centenas de pessoas atingidas, de residências, etc.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o que diz o relatório!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, já lhe disse da última vez, mas vou dizer-lhe outra vez. É preciso, de facto, olhar para a realidade. O apoio às empresas, Sr. Deputado, já cobriu mais de 90 % das candidaturas que foram apresentadas pelas empresas. Repito, mais de 90 %, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

As linhas de crédito que disponibilizámos à tesouraria e à recuperação das empresas tinham um volume global, depois do nosso aumento, a propósito da incapacidade que o primeiro programa tinha em termos da abrangência, e nós aumentámos o quantitativo das linhas. Tivemos 9210 candidaturas, no montante de 1886 milhões de euros, e já foram decididos e proporcionadas às respetivas empresas 1717 milhões de euros de apoio.

Sr. Deputado, não sei a que é que o Sr. Deputado se refere quando fala das centenas de empresas que estão ainda a aguardar a decisão, porque isso não é verdade. Eu registo 7992 operações de candidatura e 7726 já respondidas. Ou seja, sobram 200 e qualquer coisa, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Só se a sua expressão quando fala em «centenas» diz respeito a estas.

Agora, acontece nas empresas o que acontece também no apoio à habitação. Apesar de toda a simplificação de procedimentos, é preciso haver um mínimo de controlo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem sido muitas vezes o paladino do combate ao abuso, do combate aos comportamentos que, sendo irregulares, lesam o interesse de todos.

Por isso pergunto, relativamente aos apoios à habitação, o que é que o Sr. Deputado propõe? Que não haja controlo nenhum? Que alguém levanta o braço e nós damos automaticamente o dinheiro que a pessoa reclama?

Protestos da Deputada do PS Catarina Louro.

Ou propõe que haja um controlo, mesmo que simples? Nós preferimos este modelo.

Como confiamos nas autarquias locais, delegámos nas autarquias locais de modo a poderem, precisamente, cumprir essa tarefa.

É verdade que as autarquias locais têm hoje um conjunto muito significativo de procura, nomeadamente no âmbito daquilo que foram os efeitos das tempestades. Os seus serviços estão exauridos — de trabalho, de solicitações, fruto do seu empenhamento e dedicação no terreno — e não têm conseguido dar resposta a tudo. Criámos uma bolsa de técnicos, fora desse perímetro, para que as autarquias pudessem aceder a um apoio técnico externo, sob a nossa responsabilidade financeira, para poderem precisamente cumprir esse trabalho.

É verdade, Sr. Deputado, eu também estou muito insatisfeito. Temos hoje uma taxa de execução desta medida de apenas cerca de 40 %.

Mas, Sr. Deputado, não quero estar aqui à procura de responsáveis, quero apenas dizer que em relação à parte que era mais diretamente relacionada com a ação do Governo, que era disponibilizar as verbas respetivas, as verbas estão depositadas nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Portanto, Sr. Deputado, sinceramente, o Sr. Deputado não tem razão para falar em falhanço. O Sr. Deputado pode ter razão — e eu admito isso — quando refere que não houve ainda capacidade de resposta da Administração Pública como um todo para tantas solicitações. E, naturalmente, temos que ajudar a resolver esse problema. O Governo está a fazer tudo o que está ao seu alcance, na sua área de responsabilidade, para o fazer.

Depois, o Sr. Deputado, atira mais uma vez para o ar, à sua boa maneira, dizendo que o Governo ainda castiga mais as pessoas com o pagamento das suas responsabilidades fiscais, do IMI e de… — já não me lembro agora de todos os impostos que mencionou.

Protestos do CH.

Mas o Sr. Deputado não foi capaz de dizer que uma das primeiras medidas que tomámos foi precisamente a de suspender o cumprimento das obrigações fiscais, até ao final do mês de abril, para que as famílias pudessem, efetivamente, gerir melhor a sua tesouraria naquele período.

Aplausos do PSD e CDS.

E continuamos, Sr. Deputado, naturalmente, a dar a todas as pessoas e a todas as famílias a possibilidade de aderirem a mecanismos que possam facilitar o cumprimento das suas obrigações fiscais.

Não sei se sobre essa matéria o Sr. Deputado tem alguma proposta a apresentar. Mas pergunto: o que é que o Sr. Deputado quis indiciar com essa tirada? Que sustenta que devemos isentar as pessoas do pagamento de impostos, Sr. Deputado?

Com franqueza, Sr. Deputado, preciso de perceber um bocadinho melhor qual é o objeto da sua questão, visto que, no que me parece que seria o seu objetivo, que era garantir que o Estado não iria castigar as pessoas num momento de maior dificuldade, isso já esteve e está em execução, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, desculpe, mas não consigo compreender como é que o Sr. Primeiro-Ministro anda por todo o País quando acontece qualquer coisa, ao lado de um Presidente de Câmara Municipal, a dizer: conseguimos, conseguimos executar isto, conseguimos fazer esta obra. E apresenta-o como um resultado do Governo, do Estado e como um sucesso da entidade central.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas temos 70 câmaras que ainda não avaliaram sequer os pedidos de apoio para a reconstrução e centenas de pessoas — repito, centenas! — que continuam à espera para ter os seus apoios efetivados.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, responder ou operacionalizar, como disse, não é responder a um *email*. Não é dizer assim: obrigado por nos ter enviado mensagem e agora aguarde. Não! As pessoas não precisam de *emails*, nem de conversa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — As pessoas precisam de apoio! E é, por isso, muito estranho que este Primeiro-Ministro,… que aliás, juntamente com o PS, nomeou estas CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) todas, era para fazerem alguma coisa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

Aplauso do CH.

Não era só para andarem a comer à conta do Estado. Era para fazerem alguma coisa. Mas as CCDR todas — com as quais andamos a gastar centenas de milhares de euros — foram nomeadas, foram postas como setores da vistoria, e agora vêm aqui dizer que as câmaras e as CCDR não estão a funcionar.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, quando há obra, é obra de todos, quando falham, são eles que falham!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, vocês falharam! O Governo falhou e tem de assumir a sua responsabilidade aqui no Parlamento.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, quero-lhe falar do SIRESP, porque me parece que é um assunto relativamente importante nesta sede.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 2-0!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós já gastámos 800 milhões de euros com o SIRESP. Repito, 800 milhões de euros, ou mais. Ele falhou, falhou e falhou. Com certeza, quem ali está, na bancada do Governo — como aliás podemos ver agora —, está calado e nem uma palavra diz sobre o SIRESP. Eu compreendo, também teria vergonha se tivesse feito aquilo que fez e agora aqui estivesse.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Mas é o Sr. Primeiro-Ministro que aí está agora.

Portanto, gostava que nos explicasse duas coisas: Como é que numa coisa que funcionou tão mal, que todos apontámos e mostrámos que funcionou mal, em relação à qual os bombeiros se queixaram, a polícia se queixou, o exército se queixou, a proteção civil se queixou. Quem é que nomeamos para o mesmo lugar? O homem que lá estava quando tudo funcionou mal.

Gostava que explicasse ao Parlamento qual é o critério para isso. E espero que não diga como o Dr. José Luís Carneiro, que é o homem que, no País, mais percebe de comunicações.

Quer dizer, ou há responsabilidade ou não há responsabilidade. Se tudo falha e se nomeiam os mesmos, estamos a dar prémio à incompetência. E isso é o que não deve acontecer.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, nós sabemos, o Sr. Primeiro-Ministro também sabe e eu sei que o Sr. Primeiro-Ministro sabe que eu sei que o Sr. Primeiro-Ministro sabe que nós todos sabemos que o Ministério da Administração Interna procurou, pelo menos, condicionar o relatório que vinha a público sobre o SIRESP.

Protestos do Ministro da Administração Interna, Luís Neves.

Há elementos que demonstram, sem margem para dúvidas, a tentativa de ocultar informação pública sobre o SIRESP, esse mesmo SIRESP onde já gastámos centenas de milhões de euros e onde temos direito à transparência.

Por isso, queria-lhe perguntar o que é que vai fazer, que medidas vai tomar e se nos pode assegurar que não vamos manter no SIRESP o mesmo polvo de interesses que tem destruído o País nos últimos anos.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, mais uma vez, com as suas tiradas genéricas,…

Protestos do CH.

… vem dizer: «O PS e o PSD nomearam as pessoas para as CCDR; agora, façam!» Ó Sr. Deputado, não é isso que está em causa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então?! Mas foi isso que disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As CCDR têm o seu trabalho efetuado e têm o financiamento assegurado para as operações de reconstrução das habitações, dentro daquela que foi a decisão do Governo.

É verdade que os municípios — não há maneira diferente de o poder dizer — não têm tido a capacidade de resposta que é necessária, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Nós, o que podemos fazer, a nível do Governo, é auxiliar os municípios e, portanto, reconhecer que, se as pessoas não estão a dar essa resposta nos municípios, não é porque não querem, é porque não podem, porque não têm meios ou porque não têm pessoas, Sr. Deputado. Ao contrário do que o Sr. Deputado diz muitas vezes, não está lá muita gente a fazer de conta que trabalha.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Ai, não?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As pessoas têm outras missões e estão a executá-las, como, aliás, bem fizeram precisamente naqueles dias de maior necessidade de acorrer aos vários dramas e solicitações das pessoas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em 80 câmaras, nem uma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que nós estamos a fazer, Sr. Deputado, é a disponibilizar uma bolsa de técnicos habilitada, precisamente, para poder ajudar os serviços das Câmaras a fazer esse trabalho. Temos todo o interesse e não há ninguém que tenha mais interesse do que nós em poder materializar essas ajudas.

O Sr. Deputado, depois, aborda a questão do SIRESP, naturalmente, cumprindo o seu direito e a sua obrigação de escrutinar a ação do Governo, mas, mais uma vez, o Sr. Deputado lança a confusão, porque mistura tudo.

O Sr. Deputado disse agora — não o disse exatamente com as mesmas palavras, mas já o tinha dito hoje de manhã — que o Governo estava a manter no SIRESP alguém que estava associado aos grandes falhanços do SIRESP nos últimos incêndios e no apagão. Sr. Deputado, não é verdade. O presidente que foi indigitado pelo Governo e depois aprovado em Assembleia Geral do SIRESP é alguém que exerceu essas funções entre 5 de abril de 2022 e 31 de março de 2024.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora aí está! Incêndios, tempestades…!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não foi no decurso do exercício de funções governativas deste Governo nem do anterior, que eu também coordenei. Foi exatamente do anterior a esse, do Governo ainda do Partido Socialista. Nesse período, não houve nenhum apagão, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Houve incêndios! Houve cheias!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não houve nenhum apagão. O apagão, esse sim, já foi connosco.

Sr. Deputado, já o disse há pouco e vou dizê-lo outra vez: Sr. Deputado, não sei a que se refere com condicionamento e com tentativa de ocultação. Não tenho conhecimento de nada que possa ter como conclusão essa tirada. Mas o Sr. Deputado terá o Ministro da Administração Interna no Parlamento, portanto, dir-lhe-á, cara a cara, aquilo que sabe e terá a resposta devida.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 4-0!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para questionar o Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero-lhe perguntar se tem ou não conhecimento de um *email* da adjunta do Ministério da Administração Interna, a procurar alterar as conclusões de um relatório.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, não tenho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — E agora?!

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para prosseguir as perguntas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, desculpe dizer-lhe assim: não me parece que esteja a dizer a verdade ao Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não me parece que esteja a dizer a verdade ao Parlamento,…

Aplausos do CH.

… nem que não saiba, efetivamente, do que é que estamos a falar. Ou está a ocultar informação com algum propósito, ou era importante que nos explicasse porquê.

Não quero deixar de terminar esta intervenção sem me referir, Sr. Primeiro-Ministro, ao seguinte: já vi que gosta de se referir muitas vezes à Alemanha e aos aeroportos. Quando não estão bem cá, é na Alemanha; quando a economia não está bem cá, é na Alemanha. Hoje, foi o Aeroporto de Frankfurt. Quando esteve lá e disse que a economia portuguesa estava melhor do que a alemã, eu acho que não deve haver… Olhe, podíamos fazer assim. Não o vou fazer, Sr. Presidente, mas se eu dissesse, para as galerias todas, «levante a mão, quem ache que a nossa economia é melhor que a alemã», tenho a certeza de que ficariam todos com as mãos baixas, durante o tempo todo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é verdade!

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Levante a mão, quem ache que ganhamos mais do que os alemães! Levante a mão, quem ache que nós estamos melhor do que… Olhe, levantou-se uma pessoa ali em cima, mas foi por acaso!

Risos do CH.

Foi por acaso! Foi por acaso! Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Porque, continuando o que disse o Sr. Deputado Hugo Soares, nós não podemos continuar a dizer que vivemos na economia alemã, que queremos a segurança que os alemães têm, que estamos a pagar como os alemães, quando depois nascem mais pessoas em ambulâncias do que no ano passado, quando depois continuamos na cauda da Europa em termos dos salários, quando continuamos com 1,6 milhões de pessoas sem médico de família.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que é a Alemanha? Qual Alemanha? Desculpe lá, seguindo ali as palavras do seu líder parlamentar, se é o *Cebolinha*, então, o Sr. Primeiro-Ministro é o *Peter Pan,* que vive na *Terra do Nunca*.

Risos e aplausos do CH.

É o *Peter Pan*! É a *Terra do Nunca*! É aquela terra que o Sr. Primeiro-Ministro imagina que podia ser, mas, na verdade, nunca é!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 5 segundos, se desejar responder.

Pausa.

Não compreendi. Desculpe, não estava a compreender a sinalética do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não houve perguntas, por isso, eu espero pela próxima.

Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.
Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para colocar questões.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Houve muitas perguntas, Sr. Primeiro-Ministro. Olhe, sabe o que é uma pergunta, Sr. Primeiro-Ministro? Sabe o que é isto?

O orador exibiu uma t-shirt*.*

Risos do PSD.

Não se riam com isto! Não se riam com isto, porque isto é dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, que estão lá fora a protestar contra as péssimas decisões do seu Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se não quer perguntas, veja os factos! Veja os factos destes homens e mulheres que estão a tentar ter uma vida um bocadinho melhor — um bocadinho melhor! — e estão lá fora a protestar.

Aplausos do CH.

Deixe-me só dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, algumas coisas. Espero que já tenha percebido, à hora a que estamos, que esta reforma laboral é má para o País, não serve os interesses da economia e é péssima para quem trabalha. Espero que já tenha compreendido que não podemos tirar direitos às mães trabalhadoras.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Espero que já possa ter compreendido que não podemos criar despedimentos em bar aberto para os trabalhadores, tornando-os descartáveis, como se não existissem. Espero que já tenha compreendido que não pode dizer que defende a flexibilidade laboral e querer acabar precisamente com uma das grandes defesas das famílias, que é a flexibilidade do horário, que ainda têm para a poder assegurar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores querem acabar com isso tudo e ainda dizem que esta reforma é boa. Não é, como, aliás, nenhuma reforma do Governo tem sido.

Protestos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, volto a dizer-lhe aquilo que lhe tinha dito: os portugueses — ouçam! — merecem que se desça a idade da reforma em Portugal. É isso que temos de fazer e é por aí que temos de ir.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 5 segundos mais 15 de tolerância, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que nós, e eu próprio, dizemos sempre a verdade absoluta aqui.

Em segundo lugar, é mentira que haja nas nossas propostas de legislação laboral diminuição dos direitos das mães, maior capacidade de despedimento, bar aberto e alteração dos horários de trabalho.

Vozes do PSD: — Claro!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Cá estaremos para apreciar tudo, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, para colocar questões ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou há dias, num encontro com jovens em Viseu — aquela sessão em que o Sr. Primeiro-Ministro se furtou ao contacto com os jornalistas —,…

Protestos do PSD.

… que estava a trabalhar para que o País ficasse melhor.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe algo muito importante, que as pessoas nos transmitem todos os dias: é que as pessoas e as suas vidas estão cada vez pior, Sr. Primeiro-Ministro, e estão pior por causa do custo de vida.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, apresentámos nesta Assembleia várias medidas para mitigar os efeitos da inflação no custo de vida das pessoas. Infelizmente, a direita e o Governo não aceitaram essas medidas.

Agora, Portugal entrou num pódio: o pódio do Eurostat. O Eurostat veio dizer que, no último mês, a taxa de inflação em Portugal foi a taxa que mais cresceu no conjunto dos países da União Europeia. Ou melhor, corrigindo, há dois países que estão pior do que nós: Malta e Chipre.

Portugal está nesse pódio, Sr. Primeiro-Ministro, e é por isso que lamentamos que o Governo tenha recusado as medidas que propusemos, porque elas traduzir-se-iam na redução para metade do custo do aumento dos bens essenciais à vida das pessoas,…

Aplausos do PS.

… se a direita neste Parlamento e se o Governo tivesse aceitado essas propostas.

Sr. Primeiro-Ministro, quando falamos de uma inflação de cerca de 3 %, estamos a esquecer algo muito importante: é que a inflação, muitas vezes, esconde uma grande diversidade de realidades. Convém ter consciência de que a inflação em relação aos bens alimentares essenciais, aos bens alimentares não transformados, é hoje superior a 7 %. Os custos energéticos aumentaram mais 11 %. Quero lembrar que os custos com as rendas aumentaram 5 % e a habitação, contrariamente àquilo que prometeram a tudo e a todos durante a campanha eleitoral, aumentou desde que assumiu funções no Governo, em abril de 2024 — mais 27 % nos custos com a habitação.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe algo que é ainda mais importante do que isto.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E a proposta, Zé Luís?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro disse, nesta Assembleia, neste Parlamento, que nunca aumentou os impostos sobre os combustíveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, agora!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Pois, Sr. Primeiro-Ministro, quero aqui reafirmar que, desde que tomou posse, em abril de 2024, o Sr. Primeiro-Ministro aumentou os impostos sobre os combustíveis, sobre o gasóleo e sobre a gasolina, e hoje os portugueses estão a pagar as suas decisões.

Pergunto-lhe até quando vai manter esta insensibilidade e esta teimosia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, deixe-me começar por lhe dizer, Sr. Deputado, que eu nunca me furto a dar esclarecimentos,…

Protestos do PS.

… em primeiro lugar, à Assembleia da República, como é meu dever, e depois também ao País. Quer isto significar que basta um jornalista levantar o braço e eu vou atrás para responder às suas questões? Não, não quer significar isso, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu, felizmente, tenho andado na rua praticamente todos os dias, tenho falado com o País todos os dias e também tenho falado com os Srs. Jornalistas muitas vezes. Agora, Sr. Deputado, não é por eu estar num evento, em que transmito ao País — àqueles que estão à minha frente e também ao País, nomeadamente através do prestimoso trabalho da comunicação social —,…

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a minha visão das coisas para o País, que tenho de andar a dar conferências de imprensa a toda a hora. O Sr. Deputado pode ter esse estilo, mas não é o meu, e o Sr. Deputado tem de respeitar isso.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Feito este ponto prévio, deixe-me responder às suas questões.

Sr. Deputado, nós temos um grande, grande respeito, consideração e uma especial sensibilidade pelo aumento dos preços dos bens essenciais à vida das famílias e, naturalmente, estamos atentos à evolução da taxa de inflação. No entanto, o Sr. Deputado foi governante e fez parte de um Governo que, num período em que a taxa de inflação foi mais do dobro daquela que agora referiu, demorou mais de um ano a tomar as medidas que agora reclama que sejam tomadas numa semana.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Agora subiu a pique!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Presumo que o Sr. Deputado e o Governo de que fez parte tentaram gerir com prudência, com equilíbrio entre tudo aquilo que estava em presença no decisor, precisamente a medida e a calibragem das medidas que foram tomando.

Sr. Deputado, é isso que nós estamos a fazer, com sentido de responsabilidade. Estamos a ajudar as famílias portuguesas, com um desconto adicional no imposto sobre os combustíveis. Digo «adicional», porque ele incorpora aquilo que hoje estamos a fazer, que é a devolução da totalidade, repito, totalidade daquela que seria a receita, em sede de IVA (imposto sobre o valor acrescentado), do aumento do preço.

Protestos do PS.

Simultaneamente, estamos a manter um desconto que vem precisamente desse período, em 2022, do Governo de que V. Ex.ª fazia parte. V. Ex.ª assumiu, perante a Comissão Europeia e perante os nossos parceiros, Estados-Membros da União, que aquilo era temporário, circunscrito, e manteve-o.

Vozes do PSD: — Era temporário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E nós mantivemos praticamente tudo.

Agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, repito — já vou outra vez à questão fiscal —, que isto não significa que não estejamos atentos. Por isso, em cima do desconto universal para todos os portugueses que têm necessidade de consumir combustíveis para se poderem movimentar, temos um desconto ainda maior para os transportadores, quer de passageiros quer de mercadorias; temos um apoio direcionado para as instituições sociais, para os bombeiros, para os agricultores.

Sr. Deputado, estamos a tentar mitigar, precisamente, o efeito de um aumento dos preços que não está na nossa esfera de responsabilidade, tentando moderar o seu impacto junto das famílias. Nomeadamente para as famílias mais carenciadas, aumentámos a nossa comparticipação na botija de gás solidária. Estamos, Sr. Deputado, a ajudar as empresas que estão mais expostas ao consumo de energia, com um aumento também da comparticipação da ajuda. Sr. Deputado, estamos muito atentos à evolução da situação.

Porém, como já alguém lembrou aqui, aqueles que correm muito depressa para resolver os problemas que têm diante de si,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Passam ao lado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … sem ponderar a dimensão da consequência daquilo que estão a fazer, normalmente são aqueles que, depois, de mão estendida, pedem ajuda externa para resolver os problemas que não foram capazes de gerir. Esse não é o nosso caso.

Aplausos do PSD.

Agora, sobre os impostos, Sr. Deputado, podemos discutir isso a cada 15 dias. É uma opção sua, porque é o Sr. Deputado que traz esse tema.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem aumenta os impostos é a Assembleia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado disse que trazia uma prova, hoje, a este debate. Lamento dizer-lhe, mas o Sr. Deputado não trouxe prova nenhuma — nenhuma! O Sr. Deputado, caso queira mostrar ao País que o Governo decidiu um aumento de impostos sem esse aumento ter sido alvo de uma decisão no Parlamento,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É inconstitucional! Não sabe o que diz!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … tem de o demonstrar, sob pena de estar a acusar o Governo de uma conduta ilegal e inconstitucional e de estar, digamos, a contemporizar com essa circunstância.

O Sr. Deputado está a falar de outra coisa, que é aquilo que eu sei que o Sr. Deputado está a falar.

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É um caminho que o Governo tinha iniciado antes desta crise, para, de forma faseada,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tirar o desconto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … quando houvesse condições de mercado, com baixas significativas do preço, recuperarmos um desconto que estamos obrigados a terminar.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tu sabes mais do que isso! O Fernando Rocha Andrade deitava as mãos à cabeça!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe: este Governo, com a sua sensibilidade social, suspendeu esse processo de recuperação dos descontos. Os descontos de que estamos a falar, o Sr. Deputado sabe de quanto é que são? Sabe? Vou-lhe dizer, Sr. Deputado: foram 2,4 cêntimos, por litro, no gasóleo e 1,6 cêntimos, por litro, na gasolina.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha, vai ver o documento que vocês mandaram para Bruxelas!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os descontos que ainda estão em vigor são superiores a 10 cêntimos, Sr. Deputado.

Nós, de facto, começámos, mas, ao contrário do que fazia o PS, nós temos sensibilidade social, portanto, suspendemos.

Protestos do PS.

É, Sr. Deputado, é! Tem de arranjar outros temas, porque, neste tema, isto faz ricochete, e o Sr. Deputado não tem lições a dar; o Sr. Deputado tem desculpas a apresentar.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, para prosseguir as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, distribuiremos a prova daquilo que afirmei neste Parlamento.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Manda por carta!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, a modéstia e a humildade são valores fundamentais também para quem exerce funções políticas. Por exemplo, quando o Sr. Primeiro-Ministro falou de 400 centros de formação profissional, tinha-lhe ficado bem dizer que se chamam centros tecnológicos, que foram desenvolvidos e financiados pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e que ficaram na pasta de transição, para agora poder dizer que são do seu Governo, mas são do Governo do PS.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Já tínhamos tudo feito!…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Devia ter essa humildade. Ficava-lhe bem, Sr. Primeiro-Ministro.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, houve um aumento, entre abril de 2024 e o dia em que estamos hoje, de 9,7 cêntimos, por litro, no gasóleo e de cerca de 6 cêntimos, por cada litro, na gasolina — foi esse o aumento sobre os combustíveis que fez o Governo do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, falo-lhe da saúde — a saúde, que é um falhanço clamoroso deste Governo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E vosso também!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui! E no tempo do PS estava tudo bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É um falhanço clamoroso, soubemos agora, pelos números oficiais.

O Sr. Primeiro-Ministro, no último debate parlamentar, disse que o facto de haver menos 200 000 consultas nos cuidados primários e menos 50 000 consultas nos cuidados hospitalares — peço que consultem o registo das suas palavras na Assembleia da República — tinha que ver com a gripe. Ó Sr. Primeiro-Ministro, saíram agora os dados oficiais e, afinal, foram menos 760 000 consultas, durante o ano de 2025, nos centros de saúde portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Foi gripe todo o ano!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Gripe em agosto!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Isto significa menos 2000 consultas por dia; significa que, todos os dias, há milhares de portugueses que, não acedendo à consulta, deixam de poder fazer exames de diagnóstico e, eventualmente, diagnosticar doenças que exigiriam tratamento.

Do que estamos a falar é de falta de sensibilidade e de falta de resposta às pessoas, porque, talvez, os números relativos às cirurgias em atraso, às cirurgias oncológicas e ao acesso à consulta médica para despistar doenças, que devem merecer a nossa atenção, a atenção do Sr. Primeiro-Ministro… Talvez, essas doenças não estejam a ser diagnosticadas, porque 2000 pessoas, durante 2025, deixaram de ter consulta nos centros de saúde.

A pergunta que lhe faço, Sr. Primeiro-Ministro, é a de saber se está ou não disponível para reconhecer que, quando foi à campanha eleitoral, faltou à verdade aos portugueses.

É aceitável o senhor reconhecer que errou, que se enganou, e ter a humildade de, aqui, ter a oportunidade de novo de se reconciliar com a verdade, que é devida aos portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não fez aquilo que disse, mas pergunto-lhe: quando é que vai fazer aquilo que prometeu às portuguesas e aos portugueses, na campanha eleitoral, sobre a saúde que lhes é devida, por parte de um SNS (Serviço Nacional de Saúde) que responda a tempo e horas?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, já percebi que o seu conceito de humildade é dizer: «Ó Sr. Primeiro-Ministro, tudo o que está a fazer estava na pasta de transição;…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Até o atraso do PRR!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … fomos nós que pensámos e que fizemos.» É esse o seu conceito de humildade. Eu, pura e simplesmente, registo isso.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, se diz que temos um falhanço clamoroso na área da saúde, com o mesmo sentido de humildade, se calhar o Sr. Deputado queria dizer que o Partido Socialista e os seus Governos tiveram um sucesso estrondoso na área da saúde! Eu bem gostava de lhe dar razão, mas não, não lhe posso dar razão e os portugueses também não lhe dão razão.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Isso não vem na pasta de transição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: quando chegámos ao Governo, em abril de 2024, o Serviço Nacional de Saúde prestava 156 000 atos por dia; neste momento, presta 172 000.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Essa é que é essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado quis ir às consultas para cuidados de saúde primários. Quando chegámos ao Governo, tínhamos um total de consultas que, no ano de 2025, foi excedido, em mais cerca de 700 000 consultas, face a dezembro de 2023. Aumentámos em 5 % as consultas médicas ao domicílio, aumentámos em 13,8 % as consultas de enfermagem e, neste ano de 2026 — como, aliás, afirmei no Congresso dos Enfermeiros —, esse aumento já ascende a 21 %.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

O Sr. Deputado quer fazer política circunscrevendo um elemento que, como já lhe disse, é um elemento pontual, é um elemento conjuntural.

Não resisto a dizer-lhe: o senhor afirma que nós falhámos, que nós não fizemos nada na área da saúde. Ó Sr. Deputado, nós fizemos a reorganização dos serviços de obstetrícia, ginecologia e pediatria, para ter maior capacidade de resposta — os senhores não o tinham feito.

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vá lá dizer isso a Vila Franca de Xira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Criámos as urgências regionais, é verdade; criámos a Comissão de Combate à Fraude no Serviço Nacional de Saúde; criámos um novo Sistema Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia, para diminuir os tempos de espera; estamos a promover a reforma no Instituto Nacional de Emergência Médica; estamos efetivamente a concretizar a complementaridade da capacidade instalada no nosso sistema, entre o setor público, o setor privado e o setor social, nomeadamente através de medidas que foram de inspiração de Governos socialistas e nunca se materializaram, como as unidades de saúde familiar de modelo C; estamos a aumentar a comparticipação dos medicamentos;…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Está tudo um espetáculo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … estamos a aumentar a prevenção e a fazer investimentos, construindo hospitais que não foram construídos naquele…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, chamo a atenção para a apresentação de uma proposta de reforma do Instituto Nacional de Emergência Médica, que julgo que merecerá a atenção devida, com a profundidade que se exige a uma mudança desta natureza.

Recordo que, em julho de 2025, apresentei uma medida que tinha que ver com o modelo que existe em Inglaterra, que existe em França, que existe em Espanha, para garantir a emergência pré-hospitalar e a coordenação da emergência pré-hospitalar, e que assenta num pressuposto: integração sistémica e comando, para garantir que não há falhas de previsibilidade e de segurança, particularmente às mães que querem dar à luz em segurança neste País.

Recordo que até hoje não houve qualquer resposta a esta proposta, mas fiquei preocupado com a proposta de pulverização do Instituto Nacional de Emergência Médica. Se não o chamasse à atenção para este facto, não me sentiria bem com a minha consciência, para que, no futuro, se algo vier a correr menos bem, não possa dizer que não foi avisado por quem, na oposição, teve uma atitude construtiva para encontrar uma solução estruturada para esta matéria.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero concluir afirmando o seguinte: tivemos conhecimento do relatório sobre o apagão, aliás, coordenado por um Deputado do PSD que sabe bastante das matérias de comunicações, da integração de sistemas de comunicações, e pudemos ver aquilo que tínhamos, na altura, considerado como uma incompetência, uma incapacidade e uma insensibilidade do Governo em relação a um assunto tão sério do Estado.

O mesmo se verificou nos incêndios, em que foi evidente a insensibilidade, ao manter-se uma festividade quando o País estava a viver uma situação terrível, dramática.

Protestos de Deputados do PSD.

Em terceiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, as tempestades. Tínhamo-lo afirmado: não houve planeamento, não houve resposta atempada e aquilo que pudemos observar, nas primeiras horas da resposta, formulou uma caricatura da resposta do Estado nas funções mais críticas da segurança e da proteção das pessoas e dos seus bens.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, não pode dizer que são os partidos da oposição que o dizem ao Governo — são os relatórios independentes.

Foi um relatório coordenado por um Deputado do PSD nesta Assembleia, e é também agora o relatório pedido pelo Sr. Presidente da República. E o que é dito é que houve incompetência, incapacidade e insensibilidade para enfrentar problemas críticos da segurança do Estado.

Aplausos do PS.

Quero concluir, Sr. Primeiro-Ministro, porque sei que não tem tempo para me responder. Vamos entrar numa época difícil. E aquilo que quero dizer é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Administração Interna — por quem tenho grande consideração e estima, pelo trabalho que fez ao serviço do Estado — contarão connosco para apoiar nos momentos mais críticos, para planear e responder, como deve ser, às necessidades que o País certamente vai viver, em função das previsões meteorológicas. Contará com o PS para construir soluções, estaremos sempre disponíveis.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eles contam sempre com o PS! Isso já eles sabem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Com o PS já eles contam há 50 anos!

O Sr. **Presidente**: — Para colocar perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não contam é com o Pedro Nuno Santos, que já se vai embora!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos à beira da época de incêndios e a única referência que o Sr. Primeiro-Ministro fez neste debate sobre o SIRESP foi para dizer que o tema é antigo — essa parte nós já sabemos — e que ainda ia haver mais uma equipa para discutir mais qualquer coisa.

A verdade é que 800 milhões de euros, inúmeros grupos de trabalho e comissões depois, era expectável que já houvesse qualquer coisa mais concreta para dizer aos portugueses. E, sobre isso, também gostava de saber se o Sr. Primeiro-Ministro vai ou não partilhar o relatório com as conclusões do Grupo de Trabalho com a Assembleia da República e com os portugueses?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem! Onde é que está o relatório?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É que houve aqui uma situação um bocadinho caricata. No dia 5 de maio, o Ministério da Administração Interna fez um evento público para supostamente apresentar as conclusões do relatório, mas sem publicar o relatório. Portanto, é mais uma vez propaganda inconsequente e mal feita.

Mal feita porque, no dia seguinte, o próprio Ministério se vê obrigado a emitir um comunicado, que é partilhado na página do Governo, a corrigir as eventuais interpretações incorretas que tivessem sido feitas por jornalistas nesse mesmo evento, organizado pelo Ministério para partilhar as conclusões do relatório do Ministério.

Portanto, há aqui um problema de base: é que é impossível avaliar se essas interpretações eram corretas ou não sem termos acesso ao relatório que as originou. Aquilo que sabemos, pelo comunicado, é que o grupo de trabalho propôs 33 recomendações. O Governo, nesse comunicado, diz que vai implementar umas, não vai implementar outras e nós estamos aqui sem conseguir avaliar ou escrutinar o que quer que seja. Nós não conhecemos o relatório, não conhecemos os fundamentos técnicos que sustentam as decisões do Governo, e aquilo que lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, é que queremos avaliar, queremos escrutinar,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … queremos propor. Mas para isso, por favor, publique o relatório, entregue-o à Assembleia da República, para o podermos discutir com seriedade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, como já tive a ocasião de dizer, e reitero, o Sr. Ministro da Administração Interna estará no Parlamento para prestar todos os esclarecimentos…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ah, bom!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e também para partilhar toda a informação e, portanto, o relatório ser-lhe-á endereçado, para poder fazer a sua avaliação.

Sr.ª Deputada, deixe-me só dizer-lhe ainda, em complemento, porque creio que também está subjacente à sua questão, o seguinte: a Sr.ª Deputada começou por falar no combate a incêndios, e o combate a incêndios pressupõe, evidentemente, as comunicações de emergência — e o SIRESP é importante —…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mas não só isso. E, portanto, eu queria dizer-lhe que, para além do Comando Integrado de Prevenção e Operações — que já mencionei em respostas anteriores — este ano, em 2026, teremos, mais uma vez, um empenhamento reforçado face ao que se antecipa que seja uma época especialmente difícil.

Teremos 15 149 operacionais, 3463 veículos, 2596 equipas constituídas, quer nos corpos de bombeiros quer no âmbito da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; e, naturalmente, em todas as outras áreas do Estado, no ICNF, na Guarda Nacional Republicana, em todos aqueles que contribuem quer para a prevenção quer para o combate aos incêndios.

Sr.ª Deputada, sobre o SIRESP, vou reafirmar aquilo que disse há pouco: o Governo criou uma equipa técnica com o intuito de fazer uma avaliação a um procedimento que estava, efetivamente, a apresentar grandes vulnerabilidades, e essa equipa produziu um relatório. Terá havido — o Sr. Ministro explicará com detalhe — uma interação com o Ministério para a apresentação pública dessas conclusões, como não pode deixar de ser, Sr.ª Deputada, mas há uma coisa que resulta como o mais importante no meio de tudo isto, que é o reforço da capacidade de gestão do sistema e o reforço da capacidade operacional do sistema. Esse é o nosso objetivo, não é andar aqui a criar momentos de dispersão de atenção, Sr.ª Deputada.

Quanto a isso, a nossa expectativa é que o País possa finalmente usufruir do elevadíssimo investimento que fez, ao longo de anos, neste sistema. Sistema esse que, como se mostrou no último comboio de tempestades, é absolutamente fundamental para podermos garantir uma comunicação com os agentes de proteção civil no terreno, mas também com as populações, em alturas de maior adversidade.

E esse objetivo, Sr.ª Deputada, está neste momento mais passível de ser atingido, fruto do reforço que fizemos, precisamente, do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista técnico, mas também do reforço que estamos a fazer na equipa de gestão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos a falar de um tema muito sério. Não lhe pedi para me vir enumerar a panóplia de coisas que, entretanto, fez — e em que não faz mais do que a sua obrigação, como é óbvio —, relativamente à prevenção dos incêndios. Estou a falar-lhe de um tema que já custou 800 milhões aos portugueses e que falhou, sistematicamente, sempre que era necessário. Falhou em 2013, em 2016, em Pedrógão, em 2025, no apagão, em 2026 outra vez, no comboio de tempestades — falha, falha, falha!

E aquilo que o Governo nos dá, 360 e muitos dias depois de ter dito que ia fazer um grupo de trabalho para apresentar conclusões em 90 dias, foi este *PowerPoint* com um programa de investimentos…

A oradora exibiu o PowerPoint que mencionou.

… e um comunicado de três páginas, Sr. Primeiro-Ministro.

A oradora exibiu o comunicado que mencionou.

Não quero que o Sr. Ministro da Administração Interna me venha explicar o relatório; quero que me envie o relatório e quero que o Sr. Primeiro-Ministro esteja preparado para responder a perguntas sobre isto, para poder dizer a que conclusões é que chegaram, o que é que vão fazer, o que é que está previsto!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Era isso que era expectável, Sr. Primeiro-Ministro, mas nada disso aconteceu na sua intervenção.

E por isso, gostava também de relembrar aqui uma questão sobre a sua promessa, a 20 de fevereiro, quando apresentou o esboço do PTRR no rescaldo do comboio de tempestades, em que prometeu que todas as juntas de freguesia iam receber um telefone SIRESP, um telefone satélite e uma ligação Starlink. Chamou-lhe programa de investimento célere. A 28 de abril voltou a falar no tema, comprometeu-se com tudo isto e disse que era uma das medidas com maior impacto para tranquilizar os cidadãos. Ora, a verdade é que, para já, estamos a 27 de maio, e não há qualquer registo público de qualquer concurso lançado, adjudicação feita ou equipamento distribuído a uma única — uma única! —das mais de 3000 freguesias que nós temos.

Entretanto, o que temos aqui, neste *PowerPoint* e neste comunicado — aliás, no comunicado não aparece nada, mas no *PowerPoint* sim —, é que os terminais Starlink se destinam apenas «aos centros municipais de proteção civil, forças de segurança e centros de cooperação e coordenação»; as juntas de freguesia vão ficar apenas com os rádios TETRA (Terrestrial Trunked Radio) para ligação ao SIRESP. Nada é mencionado — estamos a falar do programa de investimentos — sobre receberem a tal ligação Starlink, que tanto prometeu.

E, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, temos um sistema de comunicações essencial ao País — que faz a coordenação entre todas as forças de segurança, entre a proteção civil, entre os bombeiros — e aquilo que temos é 800 milhões de euros por um sistema que falha. Pagou-se um ano de trabalho a um grupo técnico e o resultado, supostamente público, é um comunicado de imprensa de três páginas e um *PowerPoint* com meia dúzia delas sobre o programa de investimentos. E sobre as conclusões do relatório, o que é que os senhores vão fazer no futuro? Nada — absolutamente nada!

E começamos a ficar verdadeiramente cansados de estar a alertar sucessivamente — e a tempo! — para problemas graves que o Governo se mostra sempre incapaz de resolver.

Sr. Primeiro-Ministro, é a terceira vez que venho aqui, em debates consigo, falar deste tema, mas continuamos a ver o vazio das respostas do Governo.

A verdade é que nós estamos, ao dia de hoje, com temperaturas a bater recordes,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … com o verão oficialmente a chegar daqui a três semanas, com as capacidades de comunicações assumidamente insuficientes — não sou só eu que o digo —, e sem que se saiba o que é que vai acontecer.

Há planos de contingência? Sabemos o que é que vai acontecer? Não vai haver desculpas desta vez, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a Sr.ª Deputada diz que vai ficar cansada de chamar a atenção para estas matérias.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Já estou!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tão nova e tão cansada, já!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr.ª Deputada, eu lamento, mas se a Sr.ª Deputada insistir em não reconhecer nem ver aquilo que está a ser feito, e quando é que está a ser feito, a Sr.ª Deputada vai mesmo cansar-se, porque, para si, a situação está sempre igual, para si a situação não muda.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Ó Sr.ª Deputada, não é verdade. O relatório foi feito, é verdade que ele prolongou um pouco o seu tempo…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Um pouco?! 360 dias?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, um pouco… um pouco, Sr.ª Deputada, prolongou-se um pouco a apresentação das conclusões, mas o trabalho já foi concluído. Foi concluído e foi apresentado no passado dia 5 de maio, Sr.ª Deputada. Foi apresentado e divulgado,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … em termos de conclusões.

Sr.ª Deputada, no dia 25 de maio, já foi nomeada uma nova equipa de gestão do SIRESP. Portanto, estamos a falar do seguinte: a avaliação foi feita e a equipa de gestão está nomeada, está empoderada para poder agora desenvolver o seu trabalho; e o Governo, sobre as conclusões do relatório da equipa técnica, já decidiu executar mudanças em três fases. Isto já foi dito publicamente, mas vou recordar: a fase um, da capilaridade territorial, que é precisamente aquela a que a Sr.ª Deputada fez referência, com acesso às comunicações de emergência alargado a todos os municípios e juntas de freguesia. Está em curso, Sr.ª Deputada! O nosso prazo de execução são três meses. Estamos a tentar — depois de apresentar este plano em termos de reformulação e reestruturação do SIRESP — executá-lo em três meses. Se a Sr.ª Deputada quiser colaborar no regime de contratação pública, para termos formas ainda mais expeditas de procedimento — e eu sei que a Sr.ª Deputada tem essa disponibilidade —, o País agradece.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Sr.ª Deputada, já agora, queria dizer-lhe que sim, o acesso Starlink está também integrado neste objetivo, ao contrário daquilo que a Sr.ª Deputada mencionou.

Depois temos uma segunda fase — está determinado —, para termos mais autonomia energética. Queremos, num espaço de nove meses, garantir maior operacionalidade, nomeadamente dando a possibilidade de resposta para a eventualidade de ficarmos privados da rede elétrica. Aumentar, portanto, todo o sistema de *backup* e integrá-lo, nomeadamente, nestas oportunidades que, ao nível da freguesia e do município, se podem abrir.

Depois, resiliência na transmissão, porque é preciso ter equipamentos, é preciso ter a possibilidade de enfrentar algumas alturas em que não há rede elétrica, e, nesse sentido, ter redes independentes e redundantes que podem funcionar independentemente da falha das infraestruturas comerciais.

São estas três fases, Sr.ª Deputada, para 18 meses, com três meses…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, terminou o tempo.

Vamos agora passar para o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português. Faça favor, Sr. Deputado, pode colocar as suas questões.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, faltam médicos, faltam enfermeiros, faltam técnicos, encerram urgências — o Ministro chama reorganização, mas são encerramentos; faltam professores e auxiliares; é impossível aceder à habitação ou alugar uma casa — quer dizer, não é bem impossível, porque já se percebe que há alguns que conseguem, e bem —; faltam vagas na creche, no pré-escolar; faltam vagas em lares; há 300 000 crianças na pobreza; há milhares de pessoas que ainda esperam os tais apoios depois das tempestades, desesperam pelos tais apoios sempre prometidos; temos um país arrastado para a loucura das vossas guerras e do militarismo, e o povo a pagar a fatura; e perante esta realidade, o Sr. Primeiro-Ministro vai ao baú;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se fosse ao baú, encontrava o Álvaro Cunhal!

Risos do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … vai ao baú e saca da sua frase enigmática, que é: o País está melhor. Bem sei que o Sr. Primeiro-Ministro tende a ver o País e a realidade a partir dos olhos das famílias Azevedo, Soares dos Santos, das famílias Amorim e dessa meia dúzia de famílias que arrecadaram 650 milhões de euros no ano passado só em dividendos.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, será que não se apercebe de que a sua afirmação é, de certa forma, ofensiva para todos aqueles que enfrentam um brutal aumento do custo de vida, que engole salários, engole pensões, engole reformas, desde logo, com o aumento dos preços dos combustíveis, com os preços dos alimentos, com os preços do gás, com os preços dos bens essenciais?

O Sr. Primeiro-Ministro diz que está atento — está atento. Mas quem está atento, Sr. Primeiro-Ministro, é quem tem de ir ao supermercado todos os dias; bem atento aos preços que figuram e que todos os dias não param de subir.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, é verdade que precisamos de médicos no Serviço Nacional de Saúde, precisamos de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde, precisamos de professores nas escolas públicas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vai daí…!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a diligenciar nesse sentido e temos hoje mais do que aqueles que tínhamos em 2024. E é preciso, depois, articular políticas que colaboram, para as pessoas poderem aceder à prestação de serviço nessas áreas, nomeadamente ao nível da educação, mas também ao nível da oferta do ensino pré-escolar, ao nível da oferta de serviços de saúde. O Sr. Deputado faz um bom diagnóstico, o que não tem é as soluções; nós estamos a implementá-las.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: o Governo governa para todas as famílias,…

Vozes do PCP: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … para a Azevedo, para a Soares dos Santos e também para a família Raimundo. Nós também trabalhamos para a família Raimundo…

Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo, de Deputados do PSD e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ih!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E para a família Maia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e a família Raimundo…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ia coletivizar tudo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … fará a justiça de comprovar que os aumentos de rendimentos em Portugal, em 2024 e em 2025, superaram aquilo que aconteceu ao nível de todos os países da União Europeia e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A família Raimundo haverá de reconhecer que já foi alvo de quatro descidas do IRS para os rendimentos do seu trabalho.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Houve um aumento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E a família Raimundo sabe que tem, nos jovens da família, a possibilidade de acederem, até aos 35 anos, a um regime fiscal que lhes garante que paguem 0 % de IRS no primeiro ano de exercício profissional, 25 % no segundo, terceiro e quarto; 50 % no quinto, sexto e sétimo; e 75 % no oitavo, nono e décimo.

A família Raimundo e os jovens que na família têm menos de 35 anos, podem aceder à isenção de IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis)…

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

… e de imposto do selo e à garantia pública para terem 100 % dos seus empréstimos nos bancos — algo que o Governo decidiu.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A família Raimundo — e, com todo o respeito, estou, naturalmente, a dar uma panorâmica igual para todas as famílias — que tenha pessoas que já estejam fora da vida ativa, portanto, a gozar o seu merecido tempo de aposentação, sabe que estes elementos, se, porventura, tiverem pensões muito baixas, têm já o usufruto de três aumentos do complemento solidário para idosos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e também têm a possibilidade de ter os medicamentos prescritos comparticipados a 100 %, do ponto de vista da cobertura médica.

Sr. Deputado, portanto, as famílias portuguesas Azevedo, Soares dos Santos e Raimundo, estão todas a usufruir.

Risos da Deputada do PSD Isaura Morais e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Claro que, dentro destas, estão a usufruir sobretudo aquelas que têm mais dificuldade,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que são as que preenchem os requisitos para aceder a muitos destes mecanismos,…

Aplausos do PSD.

… porque a família Azevedo e a família Soares dos Santos não preenchem alguns destes requisitos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, mas têm emprego! Querem é andar em greve!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dito isto, Sr. Deputado, nós não podemos escamotear o que o Sr. Deputado trouxe aqui à colação: há muita gente a viver no limiar da pobreza em Portugal e temos de ter respeito por isso. Tenho sido contido a falar deste tema, mas dois anos volvidos em que, sequencialmente, o nível de pobreza está a diminuir, era caso para o Deputado Paulo Raimundo e a família Raimundo também cumprimentarem o Governo por isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A família Raimundo até teve um aumento de salário!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, faça favor.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, confesso que foi muito inteligente na resposta que me deu. Só que se esqueceu de dizer que a família Raimundo e a família Montenegro — posso dizer assim — não têm benefícios fiscais no IRC.

A família Raimundo não tem isenções fiscais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já o PCP tem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já o PCP…!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Nem a família Raimundo nem a família da maioria daqueles que vivem e trabalham no nosso País. E, Sr. Primeiro-Ministro, vou confessar-lhe uma coisa: sou, talvez, a única pessoa neste Parlamento solidária com o Sr. Primeiro-Ministro. É que àqueles que dizem que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo não têm ritmo, eu respondo: «Ai que ritmo o seu Governo tem, Sr. Primeiro-Ministro!»

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Olhe, é desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde; é com os olhos postos na Segurança Social; é o ataque aos direitos;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o pacote?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … é a falta de resolução para os problemas, tudo é negócio. A habitação, as creches, tudo é negócio.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É verdade!

Aplausos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o pacote?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É o ataque brutal com o pensamento no século XIX, com o pacote laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Se não houvesse ritmo, então o que é que seria de nós?

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o pacote laboral — o seu, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal — tem, de facto, apoio das pessoas. Olhe, tem, de facto, apoio do tal 1 % de famílias e de pessoas que detêm 25 % de toda a riqueza que é produzida no nosso País.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esses estão com o pacote laboral, porque são aqueles que precarizam, não são aqueles que são precarizados.

O Sr. Deputado Hugo Soares encontrou a solução para combater a precariedade, que é muito elevada, que é generalizar a precariedade para todos. Pronto, o problema da precariedade está resolvido,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Isso mesmo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … que é isso que os senhores apontam no vosso pacote laboral.

Esse 1 % está de acordo, porque são aqueles que querem despedir sem justa causa, não é aqueles que vão ser despedidos. E, Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo, o PSD e o CDS dão a cara por isso; a Iniciativa Liberal é aquela tática do pede tudo para ter muito;…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas o que é isto?! Isto é a CGTP em *stereo*!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e o Chega, de cambalhota em cambalhota,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só que somos 60 e vocês são três!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … até à aspiração final de poder aprovar o seu pacote laboral.

Aquilo que lhe digo é que perante a generalizada rejeição do seu pacote, o Sr. Primeiro-Ministro multiplica-se em argumentos e argumentações —, aliás, algumas delas vieram aqui hoje —, mas que não têm nenhuma correspondência com a realidade.

O que vai determinar a derrota do seu pacote, do vosso pacote laboral, não é a cambalhota da história deste ou daquele partido, Sr. Primeiro-Ministro, é a força e a unidade dos trabalhadores.

O que lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, é se, perante o facto objetivo daquilo que se impõe na vida de quem trabalha, o Sr. Primeiro-Ministro vai manter o seu pensamento e a sua ação com os olhos postos no século XIX ou vai querer avançar para o século XXII, que é isso que se impõe na vida de quem trabalha.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é muito para a frente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder no tempo que tem disponível. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora, o pacote do Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, quero, naturalmente, agradecer a sua solidariedade e dizer-lhe que o Sr. Deputado disse exatamente aquilo que eu penso: quando estamos no Governo, somos presos por ter cão e presos por não ter cão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há aqueles que dizem que estamos num ritmo demasiado lento e aqueles que dizem que estamos num ritmo demasiado rápido. Não estamos numa coisa nem na outra, estamos no nosso ritmo. Nós somos corredores com *endurance*, somos corredores de fundo,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é que me preocupa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … somos corredores que sabem que para chegar ao fim, em primeiro lugar, numa maratona, não se pode *sprintar* nos primeiros tempos nem se pode ir demasiado devagar e deixá-los fugir, e depois não os conseguir alcançar.

Sr. Deputado, vamos manter-nos aí. Não somos do século XIX, nem estamos já a pensar no XXII, estamos a governar para o século XXI.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco… Ah, desculpe, Deputado Paulo Núncio.

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ih…!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desconsideração!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, é que tinha aqui a folha virada… Faça favor, Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD esqueceu-se do CDS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desculpas aceites, Sr. Presidente, desculpas aceites.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. e Srs. Deputados. Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me começar com uma resposta ao Deputado José Luís Carneiro.

Protestos do PS e do BE.

O Sr. Deputado pertenceu a um Governo que aumentou todos os impostos…

Protestos do PS.

… e que atingiu o nível mais elevado de carga fiscal alguma vez atingido em Portugal.

É preciso descaramento para falar de impostos com um Governo que não aumentou um único imposto,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual?! Qual?! Qual foi o imposto?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … desde que tomou posse, e que reduziu significativamente o IRS e o IRC. Sr. Deputado, é preciso descaramento, é preciso mesmo falta de noção e falta de vergonha na cara.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só faltou falar no SIRESP!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Depois de se ter falado de banda desenhada, vamos lá falar de coisas sérias.

A oposição, com exceção do Partido Comunista, acusa o Governo de não fazer reformas. Nada de mais errado!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Querem exemplos, Srs. Deputados? Vamos a alguns exemplos: reforma fiscal, uma redução histórica do IRC para 17 %; reforma das leis da imigração e da nacionalidade; reforma, a grande reforma que está a ser feita na defesa nacional; a reforma da contratação pública e, mais recentemente, a reforma laboral, só para dar cinco exemplos.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, quando falham os argumentos contra o ímpeto reformista do Governo — porque esbarram na realidade —, então a oposição acusa o Governo de ter uma enorme insensibilidade social. Nada de mais errado, uma vez mais; e os factos estão aí para provar o contrário.

A taxa de pobreza caiu de 17 %, em 2023, para 15 %, em 2025. São menos 119 000 pessoas em risco de pobreza em todas as faixas etárias, mas com particular importância nas crianças e na população mais idosa. E este é o resultado de uma política social que honra um Governo composto por sociais-democratas e por democratas cristãos.

E, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: estamos ou não a baixar a taxa de pobreza? Estamos ou não a reduzir as desigualdades? Estamos ou não a aumentar o rendimento das famílias portuguesas?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, estamos. Felizmente, Portugal está a baixar a taxa de risco de pobreza.

Vou repetir o que disse há pouco. É sempre uma referência difícil, porque sabemos que, ainda assim, há muita gente que passa por grandes privações, por grandes dificuldades. Não sou daqueles que vê com euforia — por respeito àqueles que ainda se mantêm dentro da taxa de risco de pobreza — os números, mas também não vamos escondê-los.

É verdade, em 2024 a taxa de risco de pobreza desceu para 16,6 %, e em 2025 desceu para 15,4 %. Em particular, o segmento etário mais atingido — no bom sentido do termo — por esta descida foi precisamente o das pessoas com mais de 65 anos. Não é, para tal, indiferente a medida social de valorização do complemento solidário para idosos e a ajuda para a compra de medicamentos.

Mas também conseguimos uma descida desta taxa na faixa etária das crianças. Para tal, também não é indiferente a implementação de maiores garantias para a infância e, naturalmente, mais vagas gratuitas nas creches.

Sr. Deputado, a desigualdade também está a descer,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o Coeficiente de Gini desce para 30,9, quando era 31,9 em 2024. A privação material e social baixa para 10,2 % em 2025 — menos 0,9 pontos percentuais face a 2024.

Isto é, Sr. Deputado, o reflexo das políticas sociais, mas também das políticas globais de valorização do rendimento em Portugal. Para isto, não é indiferente a valorização dos salários; para isto não é indiferente a subida da retribuição mínima mensal garantida; para isto não é indiferente a evolução do salário médio; para isto não é indiferente a maior taxa de empregabilidade.

Portanto, Sr. Deputado, podemos concluir que quando direcionamos apoios específicos a determinadas pessoas estamos a ajudá-las, mas quando governamos o País a pensar em valorizar o rendimento global e médio, quando estamos a pensar em todos, podemos fazer refletir esse aumento, depois, na circunstância particular de cada pessoa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na semana passada, o Governo aprovou e apresentou, neste Parlamento, a proposta de reforma laboral.

Sobre esta matéria, não resisto a fazer um comentário sobre a intervenção do Livre, porque acho mesmo que vale a pena referir a novidade de a esquerda pós-moderna reconhecer hoje a autoridade da Igreja para falar sobre sociedade e sobre política. O que vos falta é terem a coragem de não ser seletivos, porque se querem

ouvir o Papa, têm de ouvir a sério e ouvir sobre tudo. Ouvir sobre valores, ouvir sobre a família, ouvir sobre a vida,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais nada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … porque, caso contrário, Sr.ª Deputada, é mero oportunismo e populismo, que não têm qualquer interesse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sobre a reforma laboral, o Governo negociou, e negociou de boa-fé…

E a prova disso é que incluiu na proposta final que apresentou no Parlamento contributos dos parceiros sociais, designadamente, da UGT (União Geral de Trabalhadores).

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Agora, é chegada a hora da verdade: ou o Parlamento aprova esta reforma ou o Parlamento deixa o País estagnado. Pergunto mesmo se aqueles que se opõem à reforma laboral já leram alguma vez a reforma laboral. Parece-me que não, pelos comentários que ouvi da esquerda.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe a pergunta: que consequências teria a rejeição da reforma laboral para o futuro do País, para a competitividade e para a redução do desemprego jovem?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, a reforma da legislação laboral tem como objetivo garantir mais condições de competitividade e de produtividade para a nossa economia. Para quê? Para que as pessoas possam ter um rendimento mais alto, para que as empresas possam ter mais rentabilidade e possam investir mais nos seus projetos de inovação, de investigação e, também, nos seus processos produtivos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, se não fizermos esta evolução, vamos ficar impávidos e serenos a assistir a taxas de crescimento económico que estão comprimidas e que muito dificilmente ultrapassarão os 2 %. Nós queremos crescer 3,5 %, 4 %. É isso que queremos. Portanto, queremos aproveitar todas as medidas e também esta para valorizar o trabalho, para valorizar o investimento.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe — garantir-lhe mesmo — que não há nenhuma compressão de direitos dos trabalhadores na apresentação de alterações à lei laboral que fizemos. Há adequação das leis laborais à dinâmica económica. Queremos fazer aquilo que os outros fazem, na certeza de que, se nos mantivermos onde estamos, os outros vão passar por nós e vão crescer mais do que nós. E nós temos oportunidade de crescer mais do que eles.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Então, agora sim, para fazer as suas perguntas tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro conhecerá certamente a história do coelho que, por ser impaciente e vaidoso, se achou vitorioso antes de a corrida chegar ao fim e acabou por a perder. Mas não é só o coelho deste conto que tem problemas com a ilusão. O Governo também tem problemas com a realidade e com o imaginário. Há dois retratos de Portugal: o retrato que o Primeiro-Ministro pinta, em que está tudo bem — da saúde à habitação, apesar de os dados e a vida dos portugueses dizerem o contrário — e depois há o retrato que cabe no relatório do Sr. Presidente da República, que chama a atenção para as falhas graves nos avisos, na execução das medidas, nas operações, no comando da resposta ao comboio de tempestades, que assolou o País no início do ano. E chama a atenção, com muita razão, para o facto de que o País não pode passar por esta experiência tão difícil para milhares de portugueses sem uma mudança profunda.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto: quem é que tem razão? É o Sr. Primeiro-Ministro ou é o Sr. Presidente da República, que dá voz às dificuldades pelas quais tantos concidadãos estão a passar?

Têm também razão os portugueses que todos os dias se indignam quando vão à bomba de gasolina ou ao supermercado e que não percebem porque é que o Governo não toma medidas eficazes para conter o custo de vida, como não percebem porque é que o Governo insiste num pacote laboral que puxa os salários para baixo, quando os salários baixos são um dos principais problemas que Portugal tem, apesar de os portugueses trabalharem tanto!

Sr. Primeiro-Ministro, o pacote laboral é um zombie legislativo que a sociedade portuguesa rejeita, que vai voltar a rejeitar no dia 3 de junho e que o Sr. Primeiro-Ministro insiste em tentar ressuscitar na Assembleia da República.

Deixo-lhe o apelo: deixe cair o pacote laboral, concentre-se no problema dos portugueses, regule os preços dos combustíveis e dos alimentos e garanta que o País está preparado…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para o comunismo!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … para um dos mais difíceis verões que vamos atravessar.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, já tive a ocasião de dizer, há pouco, que não somos daqueles que, perante uma corrida de fundo, gastam a energia toda nos primeiros 100 metros e, portanto, não contam connosco para sermos a lebre deste desafio.

Nós faremos uma corrida ponderada, faremos uma corrida em que tentaremos ganhar todo o tempo possível, mas, naturalmente, medindo bem e calibrando bem, no tempo e na dimensão, aquilo que estamos a decidir.

O Sr. Deputado refere-se, de uma forma muito genérica e, desculpe a expressão, simplista àquilo que tenho vindo a dizer. Eu não digo que esteja tudo bem. Não digo que as pessoas estão todas a viver num mar de rosas, Sr. Deputado. Nós sabemos que não é assim. Sabemos que as pessoas estão a sentir dificuldades, sabemos que as pessoas, nomeadamente neste período, vão às bombas de gasolina, vão aos supermercados e às mercearias e sentem o efeito do aumento dos preços. Mas, Sr. Deputado, isso não se resolve dando ajudas de forma indiscriminada, porque quem dá ajudas de forma indiscriminada, nestes momentos, é aquele que depois, mais à frente, vai pedir às pessoas sacrifícios a dobrar, a triplicar ou a quadruplicar.

E é isso que eu quero dizer aos portugueses: nós estamos atentos, sentimos as dificuldades das pessoas. Mas temos a obrigação de cuidar do interesse de todos, que é o interesse também de cada um, e de não levar o País para uma situação em que, amanhã, vamos pedir-lhes, como já aconteceu no passado, sacrifícios muito mais elevados, Sr. Deputado. Portanto, é isso que estamos a fazer.

No mercado laboral, Sr. Deputado, o que estamos a fazer é aproveitar um momento em que a nossa economia, felizmente, apesar de todos estes desafios, tem estabilidade, as nossas finanças públicas têm estabilidade, em que temos competitividade ao nível energético, temos competitividade ao nível da capacidade de resposta do Estado, temos uma boa localização estratégica, temos segurança, e podemos dizer assim ao País: vamos aproveitar tudo isso e vamos valorizar as relações de trabalho para sermos mais produtivos ou vamos ficar como estamos?

O Sr. Deputado diz: «Mas as pessoas ganham pouco. Mas os jovens têm muita precariedade». Têm isso tudo com as leis que nós temos. Por isso é que as queremos mudar, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer as suas perguntas, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, os javalis!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, se tivéssemos de fazer um paralelismo entre o Governo e uma caderneta de cromos do futebol, deixe-me que lhe diga que o Governo tem acumulado alguns cromos maus para a sua coleção.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São os cromos raros!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não é só no SNS, com a dança das cadeiras do Executivo, se olharmos para o MAI (Ministério da Administração Interna), numa altura crítica para os incêndios, sabemos bem o que nos traz não só a ausência de preparação e planeamento, mas acima de tudo estas polémicas, e como podem marcar negativamente aquilo que, a este tempo, tem de ser uma resposta eficaz para o combate aos incêndios.

Assim, tendo em conta a necessidade de termos o SIRESP a funcionar adequadamente e a necessidade de termos, no terreno, maiores capacidades de meios de prevenção contra os incêndios, para que não se repita nem o que vimos em 2017, nem a incapacidade de resposta no apagão de 2025, ou até mesmo nas tempestades de 2026, a pergunta que lhe quero deixar, Sr. Primeiro-Ministro, é: o que é que está a ser feito por parte do Governo para uma melhor prevenção?

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, quanto à causa animal, sinceramente, hoje achei que ia chegar aqui e que ia agradecer-lhe, a si e à bancada parlamentar que o apoia, por juntar à sua caderneta de cromos um louvor na questão da proteção animal. Isto porque, hoje, a Comissão de Agricultura aprovou a inclusão do resgate de animais no Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil. Até pensei se teria havido alguma intervenção sua nesse sentido. Mas, pasme-se, o PSD votou contra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Primeiro-Ministro, não podemos ter um Primeiro-Ministro que num momento diz que está comprometido com o bem-estar animal e depois uma bancada que, na altura de atuar, vota contra.

Mais, o Sr. Ministro da Agricultura, que também poderia figurar na caderneta de cromos quanto à proteção e bem-estar animal, o que é que fez? Alterou o PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), colocando em risco a proteção do lobo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Contracetivos para javalis!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, na sexta-feira, quando formos votar a iniciativa do PAN, pergunto se o PSD vai juntar-se àqueles que querem proteger os animais, votando favoravelmente, como ainda hoje o PS e o Chega fizeram, a proposta do PAN, ou se vai teimar em votar contra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Na sexta-feira… Ainda vou pensar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — E se nos vai garantir que não vai permitir que, com pezinhos de lã, o Sr. Ministro da Agricultura ponha em causa a proteção do lobo em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, este Governo atribui importância à proteção animal. Já lhe tenho dito, Sr.ª Deputada, e quero aqui reafirmá-lo.

Nós temos o compromisso, que vamos implementar, de integrar esse domínio também nas operações de resgate e de emergência, não sei se exatamente nos termos em que o PAN propõe. Confesso que não conheço, em concreto, a proposta do PAN. Portanto, o que espero é que o Parlamento faça a apreciação da proposta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Veremos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso não significa, creio eu, que haja uma posição contrária ao sentido de valorização desta proteção.

Também não será com este Governo que deixaremos de valorizar todo o nosso potencial ao nível animal. Não conheço exatamente a questão relativa ao lobo a que se refere, mas tentarei ver com o Ministro da Agricultura. Tenho a certeza absoluta de que o Sr. Ministro tem uma sensibilidade extrema para essa questão.

Agora, Sr.ª Deputada, quanto à questão dos incêndios e da prevenção, além de todos os meios e instrumentos a que aludi há pouco, quero recordar precisamente aquilo que estamos a fazer, nomeadamente, atendendo à circunstância do aumento significativo de risco, em função das consequências das tempestades, nas zonas afetadas e, de uma forma geral, em todo o País.

Por isso, localizámos, em Leiria, um Comando Integrado de Prevenção e Operações que está já a mobilizar 1500 operacionais no terreno, das áreas da administração interna, das áreas da agricultura, das áreas do ambiente, das áreas da defesa nacional.

Estamos a olhar para os protocolos que temos com as câmaras municipais, para que haja maior limpeza, atendendo à perigosidade, que é também mais elevada.

Estamos a continuar a desobstruir a rede viária para possibilitar, futuramente, intervenções de emergência.

Além disso, Sr.ª Deputada, estamos a mobilizar tudo aquilo que o tecido, o perímetro público e também as empresas privadas têm de capacidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Agora, para as últimas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, ontem, finalmente, S. Ex.ª o Sr. Presidente da República jogou pelo seguro e promulgou as novas alterações ao subsídio social de mobilidade.

Perante esta importante e justa decisão para os portugueses residentes nas ilhas, Sr. Primeiro-Ministro, considero ser urgente a respetiva regulamentação, bem como a correção e anulação dos problemas de um sistema que acumula milhares de críticas, causando enormes dificuldades a todas as pessoas que pretendem aceder à chamada plataforma de mobilidade.

Neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que nos indicasse a data para a regulamentação das novas regras aprovadas neste Parlamento. Gostaria igualmente de saber para quando está prevista a simplificação e correção dos problemas evidenciados pela plataforma digital de mobilidade, que, durante estes meses de funcionamento, se tornou num autêntico cabo das tormentas para todos aqueles que a pretendem utilizar.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, porque, para poderem sair do seu espaço territorial, os portugueses residentes nas ilhas dispõem somente do transporte aéreo e do transporte marítimo, e sabendo que o prazo para o estudo de viabilidade do transporte marítimo termina a 30 deste mês — portanto, daqui a 3 dias, salvo erro no sábado —, gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro já tem na sua posse as conclusões desse estudo e, se sim, para quando a sua disponibilização a todos os Deputados desta Casa.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, de forma direta, sabendo que esta Assembleia aprovou uma estrutura de missão para avaliar quanto custa viver nas regiões autónomas, gostaria de saber se o Governo levou essa resolução a sério ou se, simplesmente, a deixou ficar na gaveta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, quero cumprimentá-lo por, mais uma vez, trocarmos aqui argumentos a propósito da questão do subsídio social de mobilidade e dizer-lhe, com toda a transparência, com toda a lealdade institucional, que o Governo vai analisar

a substância, o conteúdo da decisão do Parlamento, com a qual, em vários domínios, não concorda. Tenho de o dizer de forma muito frontal.

Vamos analisar também a mensagem de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República e, naturalmente, interagir com a Assembleia da República e com as assembleias legislativas. Há ainda dois processos que estão em curso, do ponto de vista legislativo, e cujo desfecho aguardaremos também, para podermos respeitar as decisões dos órgãos legítimos e para podermos criar soluções no terreno que efetivamente evitem malefícios e prejuízos para a vida dos cidadãos e da economia das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Tenho registado a preocupação de muitas pessoas que, de alguma maneira, têm transmitido — não vou julgar a intenção, Sr. Deputado — que o Parlamento teve aqui um excesso de voluntarismo e que a solução encontrada, se mal aplicada, poderá vir a provocar mais prejuízos do que benefícios, apesar de não ser essa a intenção. E, Sr. Deputado, com respeito pelo poder de decisão de todos, o meu compromisso hoje é o de fazer esta avaliação e esta ponderação, precisamente de maneira a evitar essa consequência.

Quanto à questão do transporte marítimo, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação está, precisamente, a gerir esse assunto e mal haja novidades, Sr. Deputado, ser-lhe-ão devidamente transmitidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, termina o nosso debate.

A ordem do dia para a sessão de amanhã, que terá início pelas 15 horas, já está devidamente distribuída e disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Despeço-me também dos membros do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro.

Até amanhã.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.